NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A., (a "Log-In" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de janeiro, Praia de Botafogo, 501, s/703, Botafogo, estado do Rio de Janeiro, está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

A Log-In e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") são uma operadora logística que tem como objeto principal o comércio de serviços marítimo de longo curso; cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral; operar terminais terrestres e portuários. A Companhia oferece soluções integradas (*one stop shop*), para movimentação portuária e transporte de contêineres porta-a-porta, por meio marítimo, complementado pela Ponta Rodoviária, bem como pela armazenagem de carga através de terminais intermodais terrestres, além de transporte marítimo de granel.

As controladas e coligada da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são:

| | % de participação | Sede da | |
|------------------------------------|----------------------|-----------|-------------------------|
| Controladas e coligada: | e de capital votante | entidade | Atividade principal |
| TVV-Terminal de Vila Velha S.A. | 99,90 | Brasil | Portuária e armazenagem |
| Log-In Mercosur S.R.L. | 94,00 | Argentina | Apoio portuário |
| Log-In International GmbH | 100,00 | Áustria | Logística |
| Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. | 100,00 | Uruguay | Apoio portuário |
| Lajes Logística S.A. | 70,00 | Brasil | Portuária e armazenagem |
| Log.Star Navegação S.A. (coligada) | 17,23 | Brasil | Navegação |

A Companhia possui cinco navios próprios, dos quais quatro operaram em 2012 e 2011 e um iniciou as operações no início de 2013, e mais quatro navios em construção junto a estaleiro brasileiro.

A Companhia detém o controle acionário do Terminal de Vila Velha S.A. – TVV, o qual possui o contrato de concessão dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba no porto de Vitória – ES para a exploração portuária, por um período de 25 anos, iniciado em 10 de setembro de 1998, que poderá ser prorrogado, de comum acordo, por prazo igual ao originalmente contratado.

No decorrer do segundo trimestre de 2012, a Companhia alienou o investimento que detinha sobre o PSC terminais intermodais Ltda.. O ganho de R\$1.716 com a alienação está registrado no resultado, na rubrica "Outras (despesas) operacionais líquidas" (Nota 10).

A Companhia avaliou os eventos subseqüentes até 19 de março de 2013, que é a data da aprovação, pelo Conselho de Administração, dessas demonstrações contábeis.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*) (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

b) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Log-in, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em "R\$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Variações monetárias e cambiais" no Resultado financeiro.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado s\(\tilde{a}\) convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações.
- iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa abordo de embarcações, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 13 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes e de partes relacionadas", "Fundo da Marinha Mercante – AFRMM" e "Seguros a receber".

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui derivativos com operações de bunker e swap, conforme reportado na Nota 21.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no Resultado Financeiro.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria:
- iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

- vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira:
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.7 Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais, e de credores por adiantamento

Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais representam os valores a receber decorrentes dos adiantamentos e encontros de contas, no atendimento das embarcações e do modal rodoviário em operação pela Companhia, para posterior liquidação. Credores por adiantamento representam os valores recebidos pela Companhia, pagos pelos clientes por força contratual, a título de antecipação de serviços de transportes ainda não realizados. São incluídos também nessa rubrica os adiantamentos efetuados a agentes relativos à prestação de serviços portuários e rodoviários da Companhia.

2.8 Estoques

Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações e materiais de consumo aplicado na prestação das atividades operacionais do Grupo. São avaliados pelo custo médio de aquisição, que não ultrapassa o seu valor líquido realizável.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os encargos relativos aos financiamentos para construção de embarcações são capitalizados durante o período de construção das respectivas embarcações.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

2.10 Intangível

No ativo intangível são registrados os gastos com aquisição de softwares e marcas e patentes registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As concessões de serviço público, decorrente do contrato de exploração portuária da controlada TVV (e da PSC alienada no decorrer do segundo trimestre de 2012) são registradas como intangível. As amortizações são reconhecidas pelo método linear no resultado baseando-se no prazo de concessão conforme estipulado em contrato

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados, subsequentemente, para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos e são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

2.13 Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

2.14 Provisões operacionais

As provisões referem-se às estimativas de gastos operacionais, compostas basicamente por provisões para custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, bem como para gastos extraordinários com desmobilização de ativos.

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16 Plano complementar de aposentadoria – Plano misto benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

2.17 Remuneração com base em ações da Companhia

Os planos de remuneração baseado em ações para empregados da Companhia são mensurados periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com os referidos planos. A Companhia constitui o passivo de seus planos à medida que os serviços são prestados pelos empregados elegíveis (*vest period*). As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado.

2.18 Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

O benefício do AFRMM aplicável às empresas de navegação marítima encontra-se descrito na nota nº 4. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica, sendo confrontados com os custos e despesas correspondentes à geração do incentivo.

2.19 Receitas com prestação de serviços intermodais

As receitas com prestações de serviços intermodais são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços. As receitas provenientes de transporte marítimo de carga geral (graneleiro) são reconhecidas no resultado quando do encerramento de cada viagem, bem como os custos correspondentes.

2.20 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.21 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais (aluguel de embarcações a casco nu) e, nesse caso, os bens não são ativados. A despesa de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

2.22 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

A atividade empresarial (segmento) da Companhia é centrada em logística intermodal.

Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. A Administração da Companhia tem como base para tomada de decisões a intermodalidade dos seus serviços, considerando como um único segmento.

2.23 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e seguindo as disposições contidas no CPC 09, como parte das demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- . IAS 19 "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O grupo avalia que a norma não trará impactos para as demonstrações contábeis da Companhia.
- . IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
 - . IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.
 - .IFRS 11 "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para a Companhia.

. IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

.IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.25 Mudança de prática contábil e reclassificações das cifras comparativas

Em 2012, a Companhia passou a reconhecer o benefício do AFRMM no resultado na medida em que cumulativamente ocorre a aplicação pela Companhia e registro pelo Fundo da Marinha Mercante desses recursos. Esses valores são confrontados com os custos e despesas correspondentes a geração do benefício, que até 31 de dezembro de 2011 era diferido na proporção da vida útil dos navios construídos pela Companhia (vide nota 4). Adicionalmente, foram efetuadas reclassificações de valores para uma melhor comparabilidade das cifras das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, conforme quadro abaixo:

| | | | Consolidado | Controlador | | |
|--|-------------------|------------------|-------------|-------------------|--------------------|-------------|
| | 31.12.2011 | | 31.12.2011 | 31.12.2011 | | 31.12.2011 |
| | Saldo apresentado | | Saldo atual | Saldo apresentado | _ | Saldo atual |
| Contas | orginalmente | Reclassificações | apresentado | orginalmente | Reclassificações a | presentado |
| ATIVO | | | | | | |
| Circulante: | | | | | | |
| Partes relacionadas (i) | 8.428 | (972) | 7.456 | 8.632 | (972) | 7.660 |
| Não Circulante: | | | | | | |
| Partes relacionadas (ii) | 2.482 | (2.482) | - | 12.256 | (2.482) | 9.774 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (v) | 109.052 | (10.948) | 98.104 | 104.421 | (10.948) | 93.473 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFMMM a | | | | | | |
| liberar (iii) | - | 97.300 | 97.300 | - | 97.300 | 97.300 |
| Imobilizado, líquido (iv) | 1.068.984 | 16.800 | 1.085.784 | 811.941 | 16.800 | 828.741 |
| Total Reclassificações Ativo | | 99.698 | | | 99.698 | |
| PASSIVO | | | | | | |
| Circulante: | | | | | | |
| Outros (i) | 776 | 1.350 | 2.126 | 255 | 1.350 | 1.605 |
| Passivo Não Circulante: | | | | | | |
| Fundo da Marinha Mercante-AFMMM a | | | | | | |
| aplicar (iii) | 15.668 | 97.300 | 112.968 | 15.668 | 97.300 | 112.968 |
| Provisões operacionais (iv) | 32.245 | 11.996 | 44.241 | 32.245 | 11.996 | 44.241 |
| AFRMM aplicado na construção de | | | | | | |
| embarcações (v) | 32.199 | (32.199) | - | 32.199 | (32.199) | - |
| Patrimônio líquido: | | | | | | |
| Reservas de lucros (v) | 58.294 | 21.251 | 79.545 | 58.294 | 21.251 | 79.545 |
| Total Reclassificações Passivo | | 99.698 | | | 99.698 | |
| Resultado: | | | | | | |
| Receita (despesas) operacionais: | | | | | | |
| Recursos com AFRMM aplicados (v) e (vi) | | 3.926 | 3.926 | _ | 3.926 | 3.926 |
| Outras despesas operacionais líquidas (vi) | (18.585) | (2.366) | (20.951) | (15.282) | (2.366) | (17.648) |
| Imposto de renda e contribuição social | (16.565) | (2.300) | (20.951) | (15.262) | (2.300) | (17.046) |
| , | 00.004 | (504.) | 60.450 | 04.000 | (504.) | 00.050 |
| Diferidos (v) | 63.681 | (531) | 63.150 | 61.390 | (531) | 60.859 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (78.162) | 1.029 | (77.133) | (78.095) | 1.029 | (77.066) |
| Lucro (prejuízo) por ação: | | | | | | |
| Básico (centavos por ação) | | | | (0,91) | 0,01 | (0,90) |
| Diluído (centavos por ação) | | | | (0,91) | 0,01 | (0,90) |
| · · · | | | | | | |

Observações:

- i) O valor de (R\$972) compõe-se de R\$1.350 referente participação da Companhia no passivo a descoberto da coligada Log.Star transferido para a rubrica "Outros" no passivo circulante, reduzido de (R\$2.322) referente provisão para perdas de recebíveis da Log.Star transferido de provisões operacionais do passivo não circulante.
- ii) O valor de (R\$2.482) refere-se a provisão para perdas de recebíveis de mútuo junto à Log.Star transferido de provisões operacionais do passivo não circulante.
- iii) O valor de R\$97.300 refere-se ao montante de recursos de AFRMM registrados no FMM a serem aplicados pela Companhia.

- iv) O valor de R\$11.996 compõe-se de R\$16.800 referente a provisões para gastos com devolução de embarcações transferido do imobilizado para provisões operacionais no passivo não circulante menos os valores de R\$2.322 e de R\$2.482 transferidos desta rubrica para as contas de partes relacionadas no ativo circulante e não circulante, conforme itens anteriores.
- v) O valor de R\$21.251 refere-se ao AFRMM liberado e aplicado no exercício de 2011 (R\$1.560) transferido para o resultado de 2011, e em exercícios anteriores (R\$30.639) transferido para reservas de lucros, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$531 em 2011 e R\$10.417 em exercícios anteriores, respectivamente, registrados na rubrica Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esse efeito foi decorrente da mudança de prática contábil mencionada acima.
- vi) O valor de R\$2.366 relativo à receita de AFRMM reconhecida no exercício de 2011 foi reclassificada para melhor comparabilidade, para a rubrica "recursos com AFRMM aplicados".

3. JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório:

3.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.9, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

3.2 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é efetuada pela Administração, suportada pelo julgamento dos seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda e, se houver essa avaliação, será feita com menor periodicidade, dentro de cada período.

3.4 Estimativas do valor justo

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO

O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em virtude de cada transporte que realiza; esses recursos são restritos e podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado, à medida em que cumulativamente ocorrem (i) a prestação de serviço de navegação (cabotagem, fluvial e lacustre) executados com embarcação própria ou afretada de registro brasileiro e (ii) os recursos tenham sido aplicados pela Companhia conforme as condições descritas no parágrafo anterior e registrados pelo Fundo da Marinha Mercante. Esses valores são confrontados com os custos e despesas correspondentes à geração do incentivo.

No exercício de 2012, houve realização no montante de R\$53.142, dos quais R\$37.925 ainda não liberados, (R\$34.565 em 31 de dezembro de 2011) aplicados pela Companhia na construção, docagem e amortização de financiamentos junto ao FMM, registrados na rubrica "Recursos com AFRMM aplicados" no grupo receitas (despesas) operacionais. Os incentivos gerados que ainda não foram aplicados pela Companhia ou liberados pelo FMM montam R\$110.133 em 31 de dezembro de 2012 (R\$112.968 em 31 de dezembro de 2011).

O quadro abaixo apresenta a posição da Companhia referente aos recursos junto AFRMM.

| | | (| Consolidado | | Controladora | |
|--|------------|-------------|-------------|------------|--------------|------------|
| RECURSOS DO AFRMM | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Classificação nas demonstrações contábeis: | | | | | | |
| Ativo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 44.780 | 15.668 | 8.020 | 44.780 | 15.668 | 8.020 |
| Passivo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 6.855 | - | - | 6.855 | - | - |
| Ativo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar | 77.704 | 97.300 | - | 77.704 | 97.300 | - |
| Passivo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar | 77.704 | 112.968 | 8.089 | 77.704 | 112.968 | 8.089 |
| | | Consolidado | | | Controladora | |
| Demonstração do resultado: | 31.12.2012 | 31.12.2011 | _ | 31.12.2012 | 31.12.2011 | |
| Receitas (despesas) operacionais: .Recursos com AFRMM aplicados | 53.142 | 3.926 | = | 53.142 | 3.926 | |

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras podem, a qualquer momento, ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate. Todas as aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia estão assim compostos:

| | | (| Consolidado | Controladora | | | |
|--|------------|------------|-------------|--------------|------------|------------|--|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | |
| Caixa e bancos | 36.920 | 13.859 | 16.514 | 24.675 | 4.947 | 11.499 | |
| Aplicações vinculadas a CDI | 72.782 | 49.937 | 37.645 | 71.506 | 43.070 | 9.404 | |
| Aplicações em time deposit no exterior | | | 10.795 | | - | | |
| | 109.702 | 63.796 | 64.954 | 96.181 | 48.017 | 20.903 | |

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | | | Controladora | | | |
|---|------------|------------|--------------|------------|------------|------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Contas a receber de clientes | 108.003 | 92.036 | 68.514 | 91.717 | 77.603 | 57.672 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (14.083) | (11.221) | (6.518) | (11.468) | (8.756) | (5.931) |
| | 93.920 | 80.815 | 61.996 | 80.249 | 68.847 | 51.741 |

Os valores componentes de contas a receber têm o seguinte prazo de recebimento (aging list):

Aging do contas a receber:

| | | | Consolidado | | | Controladora |
|-------------------|------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Valores a vencer | 75.254 | 52.414 | 48.462 | 67.068 | 44.382 | 39.002 |
| Valores vencidos: | | | | | | |
| De 0 a 30 dias | 13.757 | 13.543 | 6.414 | 8.872 | 11.347 | 5.816 |
| De 31 a 90 dias | 3.246 | 11.045 | 5.241 | 2.903 | 10.350 | 5.061 |
| De 91 a 180 dias | 1.663 | 3.813 | 1.879 | 1.406 | 2.768 | 1.862 |
| De 181 a 360 dias | 4.341 | 2.035 | 1.218 | 4.215 | 2.017 | 1.217 |
| Acima de 360 dias | 9.742 | 9.186 | 5.300 | 7.253 | 6.739 | 4.714 |
| | 108.003 | 92.036 | 68.514 | 91.717 | 77.603 | 57.672 |
| | | | | | | |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia não possui garantias para esses créditos. Com base na experiência histórica da

Companhia, classificamos como crédito de liquidação duvidosa principalmente os créditos vencidos há mais de 180 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa teve a seguinte movimentação:

| | | (| Consolidado | | (| Controladora |
|----------------------------|------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Saldos iniciais | (11.221) | (6.518) | (4.661) | (8.756) | (5.931) | (4.264) |
| Adições | (4.761) | (5.290) | (2.658) | (4.611) | (3.414) | (2.195) |
| Baixas em contas a receber | 1.899 | 587 | 745 | 1.899 | 589 | 472 |
| Baixas em resultado | | - | 56 | 1.899 | 589 | 56 |
| Saldos finais | (14.083) | (11.221) | (6.518) | (11.468) | (8.756) | (5.931) |

7. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes e acionistas relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas e coligada relacionadas na nota explicativa nº 10, praticadas em condições de preços praticados no mercado, bem como com empresa acionista e empresas ligadas a empresas acionistas.

As transações com partes relacionadas são compostas como segue:

| | | | | | | Consolidado |
|---|--------|------------|--------|------------|--------|--------------|
| | | 31.12.2012 | | 31.12.2011 | | 01.01.2011 |
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| VALE S.A. (a) | 2.106 | 2.335 | 6.252 | 2.910 | 2.031 | 2.047 |
| Seamar Shipping Corporation (a) | 546 | - | 493 | - | 1.721 | - |
| ALUNORTE S.A. (a) | - | - | - | - | 3.103 | 24 |
| Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) | 214 | - | 189 | - | 189 | 44 |
| Log.Star (a) e (c) | - | - | 59 | 497 | 9.550 | - |
| Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) | 10 | 830 | 10 | 738 | - | 400 |
| Outras (a) | 180 | 383 | 453 | 392 | 483 | 1.370 |
| | 3.056 | 3.548 | 7.456 | 4.537 | 17.077 | 3.885 |
| | | | | | | |
| | | | | | | Controladora |
| | | 31.12.2012 | | 31.12.2011 | | 01.01.2011 |
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| VALE S.A. (a) | 951 | 2.047 | 2.911 | 2.625 | 449 | 1.762 |
| Seamar Shipping Corporation (a) | 546 | - | 493 | - | 1.721 | - |
| PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) | - | - | 16 | - | 16 | - |
| ALUNORTE S.A. (a) | - | - | - | - | 3.103 | 24 |
| Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) | 209 | - | 189 | - | 189 | 44 |
| Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) | 2.149 | 875 | 1.756 | 17.361 | 88 | 417 |
| Log-In Mercosur (a) | 2.120 | 770 | 2.082 | 2.194 | 4.111 | 2.638 |
| Lajes Logística (b) | 12.469 | - | 11.175 | - | 6.834 | - |
| Log-In Uruguay (a) | - | 293 | - | 252 | - | - |
| Log.Star (a) e (c) | - | - | 59 | 497 | 9.550 | - |
| Log-In International GmbH (a) | - | - | - | - | 3 | 52 |
| Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) | 10 | 653 | 10 | 575 | - | 388 |
| Outras (a) | 129 | 371 | 144 | 167 | 187 | 792 |
| | 18.583 | 5.009 | 18.835 | 23.671 | 26.251 | 6.117 |
| | | | | | | |

Representados por:

| | | | | | Co | onsolidado | |
|--|--------|-----------|------------|-----------|------------|------------|--|
| | 31 | 1.12.2012 | 3 | 1.12.2011 | 01.01.2011 | | |
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | |
| Saldos comerciais (fretes e serviços) | 3.056 | 3.548 | 7.456 | 4.537 | 16.614 | 3.885 | |
| Empréstimos e mútuo concedidos a coligada(c) | - | - | - | - | 463 | - | |
| | 3.056 | 3.548 | 7.456 | 4.537 | 17.077 | 3.885 | |
| | | | | | | | |
| | | | | | Co | ntroladora | |
| | 31 | 1.12.2012 | 31.12.2011 | | 01.01.2011 | | |
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo | |
| Saldos comerciais (fretes e serviços) (a) | 3.994 | 4.822 | 7.660 | 6.523 | 18.954 | 6.117 | |
| Dividendos a pagar | 2.120 | - | - | - | - | - | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital(b) | 12.469 | - | 11.175 | - | 6.834 | - | |
| Empréstimos e mútuo concedidos a coligada(c) | - | 187 | - | 17.148 | 463 | - | |
| | 18.583 | 5.009 | 18.835 | 23.671 | 26.251 | 6.117 | |

Notas:

- Referem-se aos valores de saldos de contas a receber e a pagar à empresa acionista (VALE) e às empresas controladas, coligada e ligadas, líquido de provisão para perdas de R\$10.175 referente recebíveis da Log.Star;
- Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital que será convertido a investimento tão logo a controlada Lajes inicie a construção do terminal portuário em Manaus/AM; e
- c) Empréstimo concedido à coligada Log.Star (R\$2.745, em 31 de dezembro de 2012 e R\$2.482 em 31 de dezembro de 2011), para o qual foi constituída provisão para perda pelos mesmos valores) o qual é remunerado à taxa de 125% do CDI, e tem vencimento em 30 de dezembro de 2015, bem como saldo de mútuo concedido pelo TVV à Companhia (R\$187) o qual foi remunerado à taxa de 104% do CDI e venceu em 26 de junho de 2012, conforme contrato pactuado entre as partes, cujos valores estão atualizados até 31 de dezembro de 2012.

As operações comerciais realizadas com partes relacionadas totalizam os montantes discriminados abaixo:

| | | | onsolidado | | | | Controladora | |
|--|---------|------------|------------|---------|------------|---------|--------------|---------|
| | ; | 31.12.2012 | 31.12.2011 | | 31.12.2012 | | 31.12.2011 | |
| | Receita | Despesa | Receita | Despesa | Receita | Despesa | Receita | Despesa |
| VALE S.A. | 11.161 | 4.914 | 14.868 | 4.455 | - | 4.914 | - | 4.455 |
| Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA | 95 | - | 1.285 | 5.930 | - | - | - | 5.930 |
| Rio Doce Manganês S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Alunorte-Alunima do Norte do Brasil S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Log-In International GmbH | - | - | - | - | - | | | 5.098 |
| Terminal de Vila Velha S.A -TVV | - | - | - | - | - | 6.244 | - | 3.953 |
| Log-In Uruguay | - | - | - | - | - | 2.873 | - | 255 |
| Log-In Mercosur S.R.L. | - | - | - | - | - | 291 | - | 5.892 |
| Log.Star | 263 | - | 262 | 7.463 | 263 | 6.072 | 262 | 7.463 |
| Outros | 395_ | | 105 | 676 | | | - | 676 |
| | 11.914 | 4.914 | 16.520 | 18.524 | 263 | 20.394 | 262 | 33.722 |
| | | | | | | | | |

Representados por:

| | | | Co | nsolidado | | | | Controladora |
|------------------------------|---------|------------|---------|------------|---------|-----------|---------|--------------|
| | 3 | 31.12.2012 | | 31.12.2011 | | 1.12.2012 | | 31.12.2011 |
| | Receita | Despesa | Receita | Despesa | Receita | Despesa | Receita | Despesa |
| Fretes | - | - | _ | | - | 6.244 | | 6.694 |
| Serviços | 11.651 | 4.914 | 16.258 | 18.524 | - | 13.331 | - | 24.628 |
| Receita/despesas financeiras | 263 | - | 262 | - | 263 | 819 | 262 | 2.400 |
| | 11.914 | 4.914 | 16.520 | 18.524 | 263 | 20.394 | 262 | 33.722 |

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2012 de R\$10.710 na controladora e R\$12.555 no consolidado (31 de dezembro de 2011 - remuneração de R\$9.461 na controladora e R\$11.220 no consolidado), relativo a benefícios de curto e longo prazos, conforme abaixo:

| | | Consolidado | | Controladora | | |
|---------------------------|------------|-------------|------------|--------------|--|--|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | | |
| Benefícios de curto prazo | 12.272 | 10.989 | 10.427 | 9.230 | | |
| Plano de compra de ações | 283 | 231 | 283 | 231 | | |
| | 12.555 | 11.220 | 10.710 | 9.461 | | |

Pessoal-chave: Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretores e Gerentes.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

| | | | | | | Circulante |
|--|------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|
| | | | Consolidado | | | Controladora |
| <u> </u> | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros | 141 | 453 | 593 | - ' | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social - PJ | - | 121 | 783 | - | - | - |
| PIS e COFINS a recuperar ou compensar | 9.499 | 6.565 | 3.648 | 9.253 | 6.253 | 3.238 |
| INSS a recuperar ou compensar | 490 | 1.706 | 2.460 | 543 | 1.376 | 1.947 |
| ISS a recuperar ou compensar | 1.209 | 1.201 | 1.117 | 1.183 | 1.148 | 1.068 |
| ICMS a recuperar ou compensar | 9.094 | 9.117 | 8.584 | 7.182 | 7.252 | 8.381 |
| Outros | 642 | 537 | 52 | 552 | 408 | 11 |
| | 21.075 | 19.700 | 17.237 | 18.713 | 16.437 | 14.645 |
| | | | | | Nã | o circulante |
| | | | Consolidado | | | Controladora |
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Tributos a recuperar (IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros) | 11.852 | 11.981 | 10.694 | 11.852 | 11.981 | 10.694 |

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e de contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

| | _ | Consolidado | | Controladora |
|--|------------|-------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da | | | | |
| contribuição social | (33.179) | (117.117) | (53.680) | (137.925) |
| Crédito (despesas) de imposto de renda e de | | | | |
| contribuição social calculados à alíquota nominal (34%) | 11.281 | 39.820 | 18.251 | 46.895 |
| Ajustes (efeito de 34%): | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (776) | (467) | 13.727 | 16.887 |
| Resultado de subsidiárias no exterior | 1.066 | 2.688 | - | - |
| Despesa de imposto de renda de subsidiária no exterior | (1.165) | (1.152) | - | - |
| Lucro disponibilizado de controlada no exterior | (1.125) | (1.114) | (1.125) | (1.114) |
| Receita (despesa) de juros sobre o capital próprio pagos | 3 | 2 | (2.128) | (1.843) |
| Diferenças permanentes | (946) | 207 | 158 | 34 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | 8.338 | 39.984 | 28.883 | 60.859 |

O saldo do ativo diferido é composto conforme descrito no quadro abaixo:

| | | | Consolidado | Controladora | | |
|--|------------|------------|-------------|--------------|------------|------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Sobre prejuízos fiscais | 59.932 | 30.358 | 8.921 | 59.932 | 30.358 | 7.985 |
| Sobre base negativa de contribuição social | 25.878 | 15.153 | 7.530 | 25.878 | 15.153 | 7.193 |
| | 85.810 | 45.511 | 16.451 | 85.810 | 45.511 | 15.178 |
| Sobre diferenças temporárias | 40.617 | 52.593 | 18.515 | 36.331 | 47.962 | 17.435 |
| | 126.427 | 98.104 | 34.966 | 122.141 | 93.473 | 32.613 |

A Administração entende que a Companhia está em fase de reestruturação operacional, se enquadrando no parágrafo único do Art. 2º da Instrução CVM nº 371/2002, tendo em vista que está substituindo os antigos navios próprios e afretados por novos navios, sendo cinco novos navios porta-contêiner e dois novos navios graneleiros. A realização desse ativo fiscal diferido está fundamentada em Estudo Técnico, que apresenta expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitem a utilização desse ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos.

As principais premissas do Estudo Técnico são:

- a) A aquisição dos sete navios de grande porte citados anteriormente, com previsão de conclusão da construção até 2014, que substituirão a atual frota de embarcações; e
- b) Os novos navios incrementarão a receita e proporcionarão redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e de sua grande capacidade de transporte, tornando-se possível maior diluição dos custos fixos.

A realização desses créditos fiscais diferidos tem expectativa até o exercício de 2020, conforme detalhado no quadro abaixo.

| | | | onsolidado | | | Controladora |
|------|-----------------|-------------|------------|-----------------|-------------|--------------|
| | | 3 | 31.12.2012 | | | 31.12.2012 |
| | | Diferenças | | | Diferenças | |
| Ano | Prejuízo fiscal | temporárias | Total | Prejuízo fiscal | temporárias | Total |
| 2013 | 952 | | 952 | 952 | | 952 |
| 2014 | 3.779 | | 3.779 | 3.779 | | 3.779 |
| 2015 | 9.459 | | 9.459 | 9.459 | | 9.459 |
| 2016 | 15.077 | | 15.077 | 15.077 | | 15.077 |
| 2017 | 21.421 | | 21.421 | 21.421 | | 21.421 |
| 2018 | 25.680 | | 25.680 | 25.680 | | 25.680 |
| 2019 | 9.442 | 40.617 | 50.059 | 9.442 | 36.331 | 45.773 |
| | 85.810 | 40.617 | 126.427 | 85.810 | 36.331 | 122.141 |

Esses créditos fiscais diferidos tem a seguinte composição e movimentação.

Composição em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

| , | | Consolidado | | Controladora |
|--|------------|-------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Provisões operacionais | 35.419 | 42.108 | 32.662 | 39.349 |
| Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) | 4.891 | 10.395 | 3.362 | 8.523 |
| Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro | 186 | 90 | 186 | 90 |
| Prejuízo fiscal a compensar: | | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica | 60.079 | 30.358 | 60.079 | 30.358 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa | 25.852 | 15.153 | 25.852 | 15.153 |
| | 126.427 | 98.104 | 122.141 | 93.473 |

Movimentação em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

| | | Consolidado | | Controladora |
|--|------------|-------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Saldos iniciais | 98.104 | 34.435 | 93.473 | 32.082 |
| Provisões operacionais | (6.107) | 33.606 | (6.105) | 31.416 |
| Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) | (6.086) | 508 | (5.743) | (853) |
| Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro | 96 | (36) | 96 | (36) |
| Prejuízo fiscal a compensar: | | | | |
| Imposto de renda pessoa jurídica | 29.721 | 21.827 | 29.721 | 22.763 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa | 10.699 | 7.764 | 10.699 | 8.101 |
| | 126.427 | 98.104 | 122.141 | 93.473 |

10. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADA

| | | Controladas | s no exterior | | | | | |
|--|-------------------------|-------------------|-------------------|----------------------------------|--------------------------------------|---|-------------------------------|----------|
| | Log-In International | Log-In | Log-In Uruguay | Log.Star Navegação S.A.(b) | Terminal de Vila Velha S.A TVV | PSC Terminais Intermodal Ltda.(a) | Lajes Logistica S.A.(b) | Total |
| C.1.1 | Gmbh | Mercosur 1.907 | S.A. 482 | | | | | 285.505 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2011 | 168.562 | | | - | 112.478 | 2.076 | - | |
| Equivalência patrimonial, oriunda de: | 4.337 | 1.947 | 347 | (1.374) | 44.744 | (63) | (269) | 49.669 |
| Resultado do período | 4.337 | 1.947 | 347 | (1.374) | 44.744 | (63) | (269) | 49.669 |
| Ajustes acumulados de conversão (variação cambial) | - | 70 | 75 | - | - | (1) | - | 144 |
| Ganho de participação societária | - | - (1.550) | - (1.40) | 2.429 | (45.500) | - | - | 2.429 |
| Dividendos e JCP propostos e distribuídos | - | (1.553) | (149) | - | (45.733) | - | - | (47.435) |
| Redução de Capital | (20.493) | - | - | - | - | - | - | (20.493) |
| Provisão para perdas de investimentos | - | - | - | (1.055) | - | - | 269 | (786) |
| Outros | | | (4) | | (6) | - | - | (10) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 152.406 | 2.371 | 751 | | 111.483 | 2.012 | <u> </u> | 269.023 |
| Investimentos alienados | - | | - | - | - | (2.012) | - | (2.012) |
| Equivalência patrimonial, oriunda de: | (352) | 1.723 | 489 | (2.282) | 40.993 | | (198) | 40.373 |
| Resultado do período | (352) | 1.723 | 489 | (2.282) | 40.993 | - | (198) | 40.373 |
| Ajustes acumulados de conversão (variação cambial) | - | (96) | (25) | - | - | - | - | (121) |
| Dividendos e JCP propostos e distribuídos | - | (1.967) | (266) | - | (59.746) | - | - | (61.979) |
| Redução de Capital | (8.198) | - | - | - | - | - | - | (8.198) |
| Provisão para perdas de investimentos | | <u> </u> | - | 2.282 | - | | 198 | 2.480 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 143.856 | 2.031 | 949 | - | 92.730 | | | 239.566 |
| Capital social em: | | | | | | | | |
| 31.12.2011 | 151.441 | 378 | 356 | 19.158 | 48.894 | 6.138 | 333 | |
| 31.12.2012 | 143.242 | 378 | 356 | 19.158 | 48.894 | - | 333 | |
| Patrimônio líquido em: | | | | | | | | |
| 31.12.2011 | 152.406 | 2.522 | 751 | (7.836) | 111.600 | 2.012 | (2.002) | |
| 31.12.2012 | 143.856 | 2.160 | 949 | (21.083) | 92.828 | - | (2.002) | |
| Lucro (prejuízo) líquido em: | | | | | | | | |
| 31.12.2011 | 4.337 | 2.071 | 347 | (7.977) | 44.792 | 202 | (384) | |
| 31.12.2012 | (352) | 1.833 | 489 | (13.247) | 41.035 | - | (284) | |
| Percentual de participação em 31.12.2011 | 100% | 94% | 100 % | 17,23 % | 99,90 % | 100 % | 70 % | |
| Percentual de participação em 31.12.2012 | 100% | 94% | 100 % | 17,23 % | 99,90 % | - | 70 % | |
| Quantidade de ações/quotas possuidas: | | ações: | ações: | ações: | ações: | quotas: | ações: | |
| 31.12.2011 | 1 | 567.819 | 100.000 | 3.301 | 9.766.014 | 5.562.354 | 233.333 | |
| 31.12.2012 | 1 | 567.819 | 100.000 | 3.301 | 9.766.014 | - | 233.333 | |

a) Investimento alienado no segundo trimestre de 2012, gerando um ganho líquido de R\$1.716, registrado no resultado, na rubrica "Outras (despesas) operacionais líquidas".

b) Os valores correspondentes à participação da controladora no passivo a descoberto desses investimentos encontram-se registrados no passivo, na rubrica "Outros", nos montantes de R\$1.600 (Lajes) e R\$3.632 (Log.Star) em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.401 (Lajes) e R\$1.350 (Log.Star) em 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS

a) Imobilizado

| | | | | Consolidado | | C | ontroladora |
|---|-----------------|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | Taxas médias | | | | | | |
| | anuais de | | | | | | |
| _ | depreciação (%) | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Bens em operação: | | | | | | | |
| Embarcações | 5 | 697.423 | 496.602 | 185.246 | 512.176 | 311.356 | - |
| Edificações e Instalações | 6 | 131.625 | 96.745 | 85.099 | 77.695 | 46.273 | 46.119 |
| Máquinas e equipamentos | 7 | 64.911 | 64.748 | 63.845 | 2.078 | 2.059 | 2.059 |
| Móveis e utensílios | 10 | 6.445 | 5.302 | 4.606 | 2.960 | 2.405 | 1.986 |
| Equipamentos de processamento de dados | 20 | 11.539 | 9.570 | 8.598 | 4.674 | 4.032 | 3.699 |
| Benfeitorias em imóveis locados de terceiros | 10 | 5.493 | 7.331 | 6.325 | 5.493 | 7.331 | 6.325 |
| Veículos | 20 | 1.204 | 11.786 | 11.814 | 996 | 11.578 | 11.574 |
| Benfeitorias embarcações afretadas terceiros(*) | 29 | 4.382 | 45.232 | 30.946 | 4.382 | 45.232 | 30.946 |
| Outros bens | 20 | 1.216 | 718 | 697 | 655 | 655 | 632 |
| | | 924.238 | 738.034 | 397.176 | 611.109 | 430.921 | 103.340 |
| Depreciação acumulada | | (132.037) | (127.122) | (88.694) | (37.676) | (48.030) | (25.391) |
| | _ | 792.201 | 610.912 | 308.482 | 573.433 | 382.891 | 77.949 |
| Imobilizações em curso | _ | 490.021 | 474.872 | 526.489 | 456.050 | 445.850 | 494.641 |
| | _ | 1.282.222 | 1.085.784 | 834.971 | 1.029.483 | 828.741 | 572.590 |

^(*) Taxa média utilizada em 2012 em 2011, face plano de desmobilização de ativos com devolução de embarcações de terceiros.

b) Movimentação do Imobilizado

Consolidado:

| | | | | | | | | | | | Consolidado |
|--|-------------|---------------|--------------|------------|--------------|---------------|----------|-----------------|-------------|---------------|-------------|
| | | | Máquinas | Móveis | | Equipamentos | l | Benfeitorias em | | | |
| | | Edificações e | e | е | | processamento | | embarcações | 0 | Imobilizações | . |
| Imobilizado: | Embarcações | instalações | equipamentos | utensílios | de terceiros | de dados | Veículos | de terceiros | Outros bens | em curso | Total |
| Saldos em 31.12.2010 | 185.246 | 85.099 | 63.845 | 4.606 | 6.325 | 8.598 | 11.814 | 30.946 | 697 | 526.489 | 923.665 |
| Adições no exercicio | - | 137 | 353 | 108 | 59 | 347 | • | 5 | 18 | 344.201 | 345.228 |
| Transferência no exercício | 311.356 | 11.509 | 550 | 588 | 947 | 625 | 4 | 14.281 | 3 | (339.863) | |
| Baixas no exercício | - | • | - | - | - | - | (32) | - | - | - | (32) |
| Transferência para intangível | | | | | | | | | | (07.000) | (07.000) |
| em desenvolvimento | - | • | • | • | • | - | • | • | • | (27.338) | (27.338) |
| Provisão para perdas | | <u> </u> | · . | • | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | <u> </u> | | (28.617) | (28.617) |
| Saldos em 31.12.2011 | 496.602 | 96.745 | 64.748 | 5.302 | 7.331 | 9.570 | 11.786 | 45.232 | 718 | 474.872 | 1.212.906 |
| Adições no exerício | - | • | • | - | • | - | • | - | • | 264.051 | 264.051 |
| Transferência no exercício | 200.821 | 36.332 | 767 | 1.493 | (1.838) | 2.263 | 2 | 8.013 | 498 | (248.682) | (331) |
| Bens de empresa investida | | | | | | | | | | | |
| disponibilizada para venda, que deixa de ser consolidado | | (4.450) | (504) | (40) | | (0.4) | (0.000) | | | (000) | (5.000) |
| | - | (1.452) | (501) | (49) | • | (94) | (3.666) | • | • | (220) | (5.982) |
| Baixa de bens, por alienação | - | • | - | • | • | (137) | (6.918) | • | • | - | (7.055) |
| Baixa por devolução de embarcações afretadas | | _ | (103) | (301) | _ | (63) | | (48.863) | | | (49.330) |
| Saldos em 31.12.2012 | 697.423 | 131.625 | 64.911 | 6.445 | 5.493 | 11.539 | 1.204 | 4.382 | 1.216 | 490.021 | 1.414.259 |
| Saldos em 31.12.2012 | 097.423 | 131.020 | 04.911 | 0.440 | 5.493 | 11.009 | 1.204 | 4.302 | 1.210 | 490.021 | 1.414.209 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31.12.2010 | (28.173) | (11.663) | (21.879) | (1.966) | (1.374) | (6.469) | (4.206) | (12.645) | (319) | | (88.694) |
| Adições no exercicio | (15.074) | (3.279) | (4.349) | (632) | (1.021) | (717) | (2.363) | (10.920) | (73) | - | (38.428) |
| Baixas no exercício | | | - | | - | - | - | - | - () | | |
| Saldos em 31.12.2011 | (43.247) | (14.942) | (26.228) | (2.598) | (2.395) | (7.186) | (6.569) | (23.565) | (392) | - | (127.122) |
| Adições no exercicio | (26.039) | (3.446) | (4.477) | (594) | 164 | (888) | (1.025) | (20.583) | (263) | - | (57.151) |
| Depreciação de bens de empresa investida disponibilizada para venda, que | | | | | | | | | | | |
| deixa de ser consolidado | | 536 | 382 | 28 | - | 94 | | - | | | 1.040 |
| Baixa de bens, por alienação | | - | - | - | | - | 6.757 | | | | 6.757 |
| Baixa por devolução de | | | | | | | | | | | |
| embarcações afretadas | - | - | 76 | 206 | | 62 | - | 44.095 | - | - | 44.439 |
| Saldos em 31.12.2012 | (69.286) | (17.852) | (30.247) | (2.958) | (2.231) | (7.918) | (837) | (53) | (655) | - | (132.037) |

Controladora:

| | | | | | | | | | | | Controladora |
|-------------------------------|-------------|---------------|--------------|------------|--------------|---------------|----------|-----------------|-------------|---------------|--------------|
| | | | Máquinas | Móveis | Benfeitorias | Equipamentos | - 1 | Benfeitorias em | | | |
| | | Edificações e | е | е | em imóveis a | processamento | | embarcações | | Imobilizações | |
| Imobilizado: | Embarcações | instalações | equipamentos | utensílios | de terceiros | de dados | Veículos | de terceiros | Outros bens | em curso | Total |
| Saldos em 31.12.2010 | - | 46.119 | 2.059 | 1.986 | 6.325 | 3.699 | 11.574 | 30.946 | 632 | 494.641 | 597.981 |
| Adições no exercicio | - | 77 | - | 43 | - | 21 | - | 5 | 23 | 331.576 | 331.745 |
| Transferência no exercício | 311.356 | 77 | - | 376 | 1.006 | 312 | 4 | 14.281 | - | (324.412) | 3.000 |
| Provisão para perdas | - | - | - | - | - | - | | - | - | (28.617) | (28.617) |
| Transferência para intangível | | | | | | | | | | | |
| em desenvolvimento | | - | | - | | | - | | | (27.338) | (27.338) |
| Saldos em 31.12.2011 | 311.356 | 46.273 | 2.059 | 2.405 | 7.331 | 4.032 | 11.578 | 45.232 | 655 | 445.850 | 876.771 |
| Adições no exercicio | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 250.301 | 250.301 |
| Transferência no exercício | 200.820 | 31.422 | 122 | 856 | (1.838) | 705 | 1 | 8.013 | - | (240.101) | - |
| Baixa de bens, por alienação | - | - | - | - | - | - | (10.583) | - | - | - | (10.583) |
| Baixa por devolução de | | | | | | | | | | | |
| embarcações afretadas | | - | (103) | (301) | | (63) | - | (48.863) | - | - | (49.330) |
| Saldos em 31.12.2012 | 512.176 | 77.695 | 2.078 | 2.960 | 5.493 | 4.674 | 996 | 4.382 | 655 | 456.050 | 1.067.159 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31.12.2010 | | (3.760) | (437) | (622) | (1.374) | (2.165) | (4.128) | (12.644) | (261) | | (25.391) |
| Adições no exercicio | (5.812) | (1.620) | (206) | (213) | (1.021) | (400) | (2.315) | (10.921) | (131) | - | (22.639) |
| Baixas no exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | | - | |
| Saldos em 31.12.2011 | (5.812) | (5.380) | (643) | (835) | (2.395) | (2.565) | (6.443) | (23.565) | (392) | - | (48.030) |
| Adições no exercicio | (16.777) | (1.466) | (214) | (309) | 164 | (554) | (973) | (20.954) | (129) | - | (41.212) |
| Baixa de bens, por alienação | - | - | - | - | - | - | 6.755 | - | | - | 6.755 |
| Baixa por devolução de | | | | | | | | | | | |
| embarcações afretadas | | - | 76 | 206 | | 62 | - | 44.467 | - | - | 44.811 |
| Saldos em 31.12.2012 | (22.589) | (6.846) | (781) | (938) | (2.231) | (3.057) | (661) | (52) | (521) | | (37.676) |
| | | | | | | | | | | | |

O principal item das imobilizações em curso na controladora em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$436.603 (em 31 de dezembro de 2011, R\$394.693) corresponde a

adiantamentos para construção de quatro navios (em 31 de dezembro de 2011, cinco navios, sendo três navios porta-contêineres e de dois graneleiros) que estão em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA), sendo um dos graneleiros entregue no final de Dezembro de 2012. Esses montantes incluem R\$11.366 (em dezembro de 2011, inclui R\$18.813) referentes a encargos relativos aos financiamentos obtidos para essa construção, que foram capitalizados, originados dos encargos gerados pelo financiamento correspondente (vide nota explicativa 12).

c) Intangíveis

| , | | | | Consolidado | | C | ontroladora |
|----------------------------------|----------------------------|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | Taxa de amortização (%) | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Sistemas (softwares aplicativos) | 20 | 51.021 | 48.302 | 17.834 | 50.178 | 47.494 | 17.026 |
| Concessões portuárias | 4 | 8.304 | 10.325 | 10.065 | - | - | - |
| Marcas e Patentes | _ | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| | _ | 59.330 | 58.632 | 27.904 | 50.183 | 47.499 | 17.031 |
| Amortização Acumulada | _ | (23.861) | (14.486) | (8.060) | (21.479) | (12.446) | (7.338) |
| | _ | 35.469 | 44.146 | 19.844 | 28.704 | 35.053 | 9.693 |
| Intangíveis em desenvolvimento | _ | 28.373 | 25.322 | 12.507 | 24.176 | 21.224 | 11.873 |
| | = | 63.842 | 69.468 | 32.351 | 52.880 | 56.277 | 21.566 |

d) Movimentação do Intangível

| | | | | | Consolidado |
|---|---------------------------------------|--------------|---------------------------------------|-------------|---|
| _ | Sistemas de TI | | | Intangíveis | |
| | (softwares e | Marcas e | Concessões | em desen- | |
| Intangível | aplicativos) | patentes | portuárias | volvimento | TOTAL |
| Saldos em 31.12.2010 | 17.834 | 5 | 8.392 | 12.506 | 38.737 |
| Adições no exercício | 327 | - | 1.933 | 15.619 | 17.879 |
| Transferência no exercício | 2.803 | - | - | (2.803) | - |
| Intangível em densenvolvimento-transferência de | | | | | |
| imobilizações em curso | 27.338 | - | <u> </u> | <u> </u> | 27.338 |
| Saldos em 31.12.2011 | 48.302 | 5 | 10.325 | 25.322 | 83.954 |
| Adições e baixas no exercício | 2.719 | - | - | 3.051 | 5.770 |
| Alienação de concessão portuária de empresa | | | | | |
| investida que deixa de ser consolidada | | | (2.021) | - | (2.021) |
| Saldos em 31.12.2012 | 51.021 | 5 | 8.304 | 28.373 | 87.703 |
| Amortizações | | | | | |
| Saldos em 31.12.2010 | (8.060) | | - | | (8.060) |
| Adições no exercício | (5.176) | - | (722) | - | (5.898) |
| Transferência no exercício | - | - | (528) | - | (528) |
| Saldos em 31.12.2011 | (13.236) | - | (1.250) | | (14.486) |
| Amortizações de concessões portuárias de | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | | · |
| empresa investida disponibilizada para venda, que | | | | | |
| deixa de ser consolidado | - | - | 332 | - | 332 |
| Adições no exercício | (9.049) | - | (658) | <u> </u> | (9.707) |
| Saldos em 31.12.2012 | (22.285) | | (1.576) | - | (23.861) |
| | - | | | | Controladora |
| _ | Sistemas de TI | | | Intangíveis | |
| | (softwares e | Marcas e | Concessões | em desen- | |
| Intangível | aplicativos) | patentes | portuárias | volvimento | TOTAL |
| Saldos em 31.12.2010 | 17.026 | 5 | - | 11.873 | 28.904 |
| Adições no exercício | 327 | | | 12.154 | 12.481 |
| Transferência no exercício | 2.803 | - | - | (2.803) | - |
| Intangível em densenvolvimento-transferência de | | | | | |
| imobilizações em curso | - | <u> </u> | <u>-</u> | 27.338 | 27.338 |
| Saldos em 31.12.2011 | 47.494 | 5 | - | 21.224 | 68.723 |
| Adições no exercício | 2.684 | - | - | 2.952 | 5.636 |
| Saldos em 31.12.2012 | 50.178 | 5 | - | 24.176 | 74.359 |
| Amortizações | | | | | |
| Saldos em 31.12.2010 | (7.338) | - | _ | - | (7.338) |
| Amortizações no exercício | (5.108) | | | | (5.108) |
| Saldos em 31.12.2011 | (12.446) | - | | | (12.446) |
| Amortizações no exercício | (9.033) | | | | (9.033) |
| Saldos em 31.12.2012 | (21.479) | | - | | (21.479) |
| - | , 10/ | | | | (,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,, |

Os saldos de intangíveis em curso referem-se a gastos com desenvolvimento de sistemas, subistancialmente, para gestão de operações de logística (*Oracle Transportation Management* - OTM).

12. FORNECEDORES

Os valores componentes de contas a pagar a fornecedores têm o seguinte prazo de pagamento (aging list):

| | | Consolidado | | | Controladora |
|------------|-----------------------|---------------------------------------|--|---|---|
| 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| | | | | | |
| 34.177 | 11.528 | 18.068 | 24.876 | 2.915 | 11.780 |
| 20.569 | 22.154 | 755 | 15.616 | 22.131 | 747 |
| 6 | - | 3.671 | 5 | - | 3.151 |
| | | 87 | | | 87 |
| 54.752 | 33.682 | 22.581 | 40.497 | 25.046 | 15.765 |
| | 34.177 20.569 6 | 34.177 11.528 20.569 22.154 6 - | 31.12.2012 31.12.2011 01.01.2011 34.177 11.528 18.068 20.569 22.154 755 6 - 3.671 - - 87 | 31.12.2012 31.12.2011 01.01.2011 31.12.2012 34.177 11.528 18.068 24.876 20.569 22.154 755 15.616 6 - 3.671 5 - - 87 - | 31.12.2012 31.12.2011 01.01.2011 31.12.2012 31.12.2011 34.177 11.528 18.068 24.876 2.915 20.569 22.154 755 15.616 22.131 6 - 3.671 5 - - - 87 - - |

13. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Os saldos dos financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 classificados no passivo circulante e não circulante, bem como as amortizações e os pagamentos vencíveis obedecerão ao escalonamento até o ano de 2033, conforme quadros abaixo:

| Consolidado | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|---|--|--|--|---|---|--|
| | | | es TERCAM, | Instalaçõ | | | | | embarcações | Construção de | |
| TOTAL | | | IIA e TVV (b) | PAULÍN | | | | | (a) | | |
| Valor Anua | | | Valor Anual | | ital de giro(c) | Capi | s de swap (d) | Operações | Valor Anual | | Parcelas |
| 01.01.2011 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | vencíveis em |
| 7.190 | | - | - | - | - | - | - ' | - | - | - | 2011 |
| 18.266 | 27.779 | - | 5.011 | - | - | - | 3.152 | - | 19.616 | - | 2012 |
| 23.052 | 116.916 | 110.387 | 5.006 | 6.678 | 68.990 | 50.318 | 12.606 | 12.712 | 30.314 | 40.679 | 2013 |
| 23.052 | 62.939 | 156.551 | 4.996 | 6.309 | 15.023 | 94.803 | 12.606 | 12.581 | 30.314 | 42.858 | 2014 |
| 23.052 | 47.984 | 107.925 | 4.996 | 6.309 | - | 48.966 | 9.454 | 9.305 | 33.534 | 43.345 | 2015 |
| 23.052 | 35.309 | 73.120 | 4.996 | 6.308 | - | 23.467 | - | - | 30.313 | 43.345 | 2016 |
| 23.052 | 35.309 | 49.653 | 4.996 | 6.308 | - | - | - | - | 30.313 | 43.345 | 2017 |
| 23.032 | | | | | | | | | | | |
| 262.817 | 429.265 | 618.795 | 12.127 | 5.398 | | - | <u> </u> | <u> </u> | 417.138 | 613.397 | 2018 a 2032 |
| | | 618.795 1.116.431 | 12.127 42.128 | 5.398 37.310 | - 84.013 | 217.554 | 37.818 | 34.598 | 417.138 591.542 | 613.397 826.969 | 2018 a 2032 |
| 262.817 | 429.265 | | | | 84.013 | 217.554 | 37.818 | 34.598 | | | 2018 a 2032 |
| 262.817 403.533 Controladora | 429.265 | | | | 84.013 | 217.554 | 37.818 | 34.598 | | | 2018 a 2032 |
| 262.817 403.533 | 429.265 | | 42.128 | 37.310 | 84.013 | 217.554 | 37.818 | 34.598 | 591.542 | 826.969 | 2018 a 2032 |
| 262.817 403.533 Controladora | 429.265 | | | 37.310 | 84.013 ital de giro(c) | | 37.818 36 de swap (d) | | 591.542 | | Parcelas |
| 262.817 403.533 Controladora | 429.265 | 1.116.431 | 42.128 s TERCAM e | 37.310 | | | | | 591.542 embarcações | 826.969 | |
| 262.817 403.533 Controladora TOTAL Valor Anua | 429.265 755.501 | 1.116.431 | 42.128 s TERCAM e PAULÍNIA (b) | 37.310 Instalaçõe | ital de giro(c) | Capi | s de s <i>wap</i> (d) | Operações | 591.542 embarcações (a) | 826.969 Construção de | Parcelas |
| 262.817 403.533 Controladora TOTAL Valor Anual 01.01.2011 | 429.265 755.501 | 1.116.431 | 42.128 s TERCAM e PAULÍNIA (b) | 37.310 Instalaçõe | ital de giro(c) | Capi | s de <i>swap</i> (d) 31.12.2011 | Operações | 591.542 embarcações (a) | 826.969 Construção de | Parcelas vencíveis em |
| 262.817 403.533 Controladora TOTAL Valor Anual 01.01.2011 5.924 | 429.265 755.501 31.12.2011 | 1.116.431 | 42.128 s TERCAM e PAULÍNIA (b) 31.12.2011 | 37.310 Instalaçõe | ital de giro(c) | Capi | s de swap(d) 31.12.2011 | Operações | 591.542 embarcações (a) 31.12.2011 | 826.969 Construção de | Parcelas vencíveis em 2011 |
| 262.817 403.533 Controladora TOTAL Valor Anua 01.01.2011 5.924 15.636 | 429.265 755.501 31.12.2011 - 25.005 | 31.12.2012 | 42.128 s TERCAM e PAULÍNIA (b) 31.12.2011 - 2.237 | 37.310 Instalaçõe: F 31.12.2012 | ital de giro(c) 31.12.2011 - - | Capi 31.12.2012 - - | s de swap (d) 31.12.2011 - 3.152 | Operações 31.12.2012 - | 591.542 embarcações (a) 31.12.2011 - 19.616 | 826.969 Construção de 31.12.2012 | Parcelas vencíveis em 2011 2012 |
| 262.817 403.533 Controladora TOTAL Valor Anual 01.01.2011 5.924 15.636 20.439 | 429.265 755.501 31.12.2011 - 25.005 115.487 | 31.12.2012 - - 107.378 | 42.128 s TERCAM e PAULÍNIA (b) 31.12.2011 2.237 3.577 | 37.310 Instalaçõe: F 31.12.2012 - 3.669 | ital de giro(c) 31.12.2011 - - 68.990 | Capi 31.12.2012 - - 50.318 | s de swap (d) 31.12.2011 - 3.152 12.606 | Operações 31.12.2012 - - 12.712 | embarcações (a) 31.12.2011 - 19.616 30.314 | 826.969 Construção de 31.12.2012 | Parcelas vencíveis em 2011 2012 2013 |
| 262.817 403.533 Controladora TOTAL Valor Anua 01.01.2011 5.924 15.636 20.438 20.438 | 429.265 755.501 31.12.2011 - 25.005 115.487 61.520 | 31.12.2012 - 107.378 153.863 | 42.128 s TERCAM e PAULÍNIA (b) 31.12.2011 - 2.237 3.577 | 37.310 Instalaçõe: F 31.12.2012 - 3.669 3.621 | ital de giro(c) 31.12.2011 - - 68.990 | Capi 31.12.2012 - 50.318 94.803 | s de swap (d) 31.12.2011 3.152 12.606 12.606 | Operações 31.12.2012 - 12.712 12.581 | embarcações (a) 31.12.2011 - 19.616 30.314 30.314 | 826.969 Construção de 31.12.2012 - 40.679 42.858 | Parcelas vencíveis em 2011 2012 2013 2014 |
| 262.817 403.533 Controladora TOTAL Valor Anual 01.01.2011 5.924 15.636 20.438 20.438 20.438 | 429.265 755.501 31.12.2011 - 25.005 115.487 61.520 46.565 | 31.12.2012 - 107.378 153.863 105.237 | 42.128 S TERCAM e PAULÍNIA (b) 31.12.2011 - 2.237 3.577 3.577 | 37.310 Instalaçõe: F 31.12.2012 - 3.669 3.621 3.621 | ital de giro(c) 31.12.2011 - - 68.990 | Capi 31.12.2012 - - 50.318 94.803 48.966 | s de swap (d) 31.12.2011 3.152 12.606 12.606 | Operações 31.12.2012 - 12.712 12.581 | embarcações (a) 31.12.2011 - 19.616 30.314 30.314 33.534 | 826.969 Construção de 31.12.2012 | Parcelas venciveis em 2011 2012 2013 2014 2015 |
| 262.817 403.533 Controladora TOTAL Valor Anual 01.01.2011 5.924 15.636 20.438 20.438 20.438 20.438 | 31.12.2011 25.005 115.487 61.520 46.565 33.890 | 31.12.2012 - 107.378 153.863 105.237 70.432 | 42.128 S TERCAM e PAULÍNIA (b) 31.12.2011 - 2.237 3.577 3.577 3.577 3.577 | 37.310 Instalaçõe: F 31.12.2012 - - 3.669 3.621 3.621 3.620 | ital de giro(c) 31.12.2011 - - 68.990 | Capi 31.12.2012 - - 50.318 94.803 48.966 | s de swap (d) 31.12.2011 3.152 12.606 12.606 | Operações 31.12.2012 - 12.712 12.581 | embarcações (a) 31.12.2011 - 19.616 30.314 30.314 33.534 30.313 | 826.969 Construção de 31.12.2012 | Parcelas vencíveis em 2011 2012 2013 2014 2015 2016 |

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os financiamentos estão classificados no passivo conforme segue:

| | | | Consolidado | | | Controladora |
|------------------------|------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Passivo circulante | 110.387 | 27.779 | 7.190 | 107.378 | 25.005 | 5.924 |
| Passivo não circulante | 1.006.044 | 727.722 | 396.343 | 991.515 | 710.222 | 376.980 |
| | 1.116.431 | 755.501 | 403.533 | 1.098.893 | 735.227 | 382.904 |

O quadro abaixo apresenta a movimentação desses empréstimos em 31 de dezembro de 2012.

| • | • | | • | | | | | |
|---|------------|---------|--------------|----------|-----------|------------|----------|--------------|
| | | | | | | | | Consolidado |
| | Saldo em | | | Encargos | A | mortização | | Saldo em |
| Empréstimos e financiamentos | 31.12.2011 | Adição | Capitalizado | Despesa | Principal | Encargos | Comissão | 31.12.2012 |
| Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a) | 591.542 | 204.156 | 11.801 | 63.150 | (21.382) | (22.122) | (176) | 826.969 |
| Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b) | 42.098 | - | - | 3.708 | (4.837) | (3.668) | - | 37.301 |
| Capital de giro (Santander, Alfa e BB)-(c) | 84.013 | 156.000 | - | 10.915 | (23.000) | (10.848) | (474 | 217.554 |
| Operação de Swap-(d) | 37.818 | - | - | 3.673 | (3.885) | (3.008) | - | 34.598 |
| Outros | 30 | - | - | 2 | (21) | (2) | - | 9 |
| | 755.501 | 360.156 | 11.801 | 81.448 | (53.125) | (39.648) | (298 | 1.116.431 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Controladora |
| | Saldo em | | | Encargos | А | mortização | | Saldo em |
| Empréstimos e financiamentos | 31.12.2011 | Adição | Capitalizado | Despesa | Principal | Encargos | Comissão | 31.12.2012 |
| Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a) | 591.542 | 204.156 | 11.801 | 63.150 | (21.382) | (22.122) | (176) | 826.969 |
| Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b) | 21.854 | - | - | 1.941 | (2.236) | (1.787) | - | 19.772 |
| Capital de giro (Santander, Alfa e BB)-(c) | 84.013 | 156.000 | - | 10.915 | (23.000) | (10.848) | (474 | 217.554 |
| Operação de Swap-(d) | 37.818 | - | - | 3.673 | (3.885) | (3.008) | - | 34.598 |
| Outros | _ | _ | _ | _ | _ | _ | _ | |
| | | | | | | | | - |
| | 735.227 | 360.156 | 11.801 | 79.679 | (50.503) | (37.765) | (298 | 1.098.893 |

Os financiamentos e empréstimos referem-se a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como junto a outras instituições financeiras, para as seguintes finalidades:

a) Construção de embarcações (FMM/BNDES)

Construção de sete navios (cinco porta-conteiners e dois graneleiros) junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito "A" e Subcrédito "B"), cuja linha de crédito é da ordem de R\$927.142, composto por R\$625.209 referente porta-containers e R\$302.933 para graneileiros. Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-conteiners) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Para determinação dos saldos devedores os Subcréditos "A" e "B" são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano (porta-conteiner) e os Subcréditos relativos aos graneleiros pela variação do dólar norte-americano, respectivamente, ambos acrescidos de juros de 2,5% ao ano. As embarcações (cascos 504, 505 e 509) construídas e as em construção (cascos 506, 507, 508 e 510) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de hipoteca de primeiro grau.

Segue abaixo quadro resumo dos saldos dos recursos já liberados (acrescido de encargos decorridos):

| Órgão Financiador: | Vencimento da última | | | | Controladora |
|----------------------------------|----------------------|--------------------------|------------|------------|--------------|
| Fundo da Marinha Mercante (FMM): | prestação | Carência: | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| | | <u>Caronola.</u> | | | 01.01.2011 |
| Casco EI-504-Subcrédito A | Jun/2031 | 37 meses | 95.650 | 100.802 | 94.542 |
| Casco EI-505-Subcrédito A | Set/2030 | 37 meses | 94.150 | 95.069 | 83.494 |
| Casco EI-506-Subcrédito A | Mar/2032 | 39 meses | 90.514 | 48.259 | 32.648 |
| Casco EI-507-Subcrédito A | Out/2033 | 21 meses | 42.457 | - | - |
| Casco EI-508-Subcrédito A | Abr/2034 | 21 meses | 36.040 | - | - |
| | | Valores indexados à TJLP | 358.811 | 244.130 | 210.684 |
| Casco El-504-Subcrédito B | Jun/2031 | 37 meses | 40.642 | 39.318 | 32.737 |
| Casco El-505-Subcrédito B | Set/2030 | 37 meses | 40.641 | 36.786 | 28.646 |
| Casco EI-506-Subcrédito B | Mar/2032 | 39 meses | 36.292 | 19.057 | 11.086 |
| Casco EI-507-Subcrédito B | Out/2033 | 21 meses | 17.152 | - | - |
| Casco EI-508-Subcrédito B | Abr/2034 | 21 meses | 13.720 | - | - |
| Casco EI-509-Subcrédito A | Jun/2032 | 28 meses | 113.019 | 96.143 | 14.947 |
| Casco El-509-Subcrédito B | Jun/2032 | 28 meses | 52.084 | 47.718 | 30.019 |
| Casco EI-510-Subcrédito A | Ago/2032 | 31 meses | 101.804 | 71.278 | 28.096 |
| Casco EI-510-Subcrédito B | Ago/2032 | 31 meses | 52.804 | 37.112 | 14.150 |
| | - | Valores indexados à US\$ | 468.158 | 347.412 | 159.681 |
| | | TOTAL | 826.969 | 591.542 | 370.365 |

Nos financiamentos contratados junto ao Fundo da Marinha Mercante a Log-In se obriga a manter um índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo, calculado ao final de cada exercício, não inferior a um patamar mínimo estipulado pelo BNDES, ao longo de todo o prazo dos contratos, cujo índice é apurado pela formula ICD = EBITDA – (IR+CSLL+Variação Capital de Giro) /Serviço da Dívida do Exercício). Até o último período de cálculo, a Companhia está em conformidade com as coberturas financeiras requeridas.

b) Investimento em terminais portuários (BNDES)

Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, pactuado com aquela BNDES em 27 de novembro de 2009, para a ampliação das instalações do Terminal Multimodal de Camaçari (TERCAM), na Bahia; bem como para a ampliação da capacidade estática de estocagem do Terminal de Vila Velha, ES, de 5.600 TEUs (de 20 pés) para 8.000 (TEUS (twenty-foot equivalent unit – unidade padrão de medida para contêineres no comércio munidal – 6 m de comprimento), construção de um centro de expedição de carga com 6.000 m² de área e 10 docas rodoviárias, e construção de um mezanino para a área de administração e à aquisição de equipamentos importados sem similares nacionais para a movimentação de contêineres no terminal, conforme contrato pactuado em 3 de dezembro de 2009. Além desses contratos, também foi factuado com o BNDES, via Itaú BBA S.A. como agente financeiro, uma Cédula de crédito bancário BNDES Automático, com a finalidade de fomentar o projeto de construção de um centro de distribuição localizado em Paulínia/SP.

Estes contratos de financiamentos de abertura de crédito tem as seguintes características:

b.1) TERCAM

| SUBCRÉDITO | VALOR | ENCARGOS | PRAZO | FINALIDADE (AMPLIAÇÃO DO TERCAM) |
|----------------|--------|-----------|--------|--|
| Subcrédito "A" | 12.498 | TJLP+1,4% | 8 anos | 1ª Fase do Projeto: construção de 9.000m² do novo arma- |
| | | | | zém, instalações, arruamento interno e parte da expansão |
| | | | | do pátio de contêineres (recursos totalmente liberados); |

Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final.

b.2) Terminal de Vila Velha

| SUBCRÉDITO | VALOR | ENCARGOS | PRAZO | FINALIDADE (AQUISIÇÃO DE) |
|--------------------------|--------|----------------------|--------|--|
| Subcréditos "A, B,C,D,E" | 7.101 | Cesta IPCA+3,0% a.a. | 8 anos | Equipamentos importados (recursos |
| | | | | parcialmente liberados). |
| Subcrédito "F" | 15.365 | TJLP+1,4% a.a. | 8 anos | Obras civis (recursos totalmente libe- |
| | | | | rados). |

b.3) Terminal de Paulínia/SP

| SUBCRÉDITO | VALOR | ENCARGOS | PRAZO | FINALIDADE |
|----------------|-------|---------------|----------|--|
| Subcrédito "A" | 8.000 | TJLP+4,30%a.a | | Consiste na construção de um centro de distribuição localizado em Paulínia/SP. |
| Subcrédito "B" | 2.000 | TJLP+3.30%a.a | 60 meses | ldem. idem. |

Tem carência de doze meses; a periodicidade de pagamento do principal é mensal, vencendo-se a primeira prestação em 12 de setembro de 2012, e trimestralmente o pagamento dos juros vencendo-se a primeira parcela em 15 de novembro de 2011.

c) Capital de giro (Santander, Alfa e BB)

Contrato de abertura de crédito (capital de giro) – O montante da linha de crédito obtido junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. (R\$31.187); Banco Santander Brasil S.A. (R\$55.215) e junto ao Banco do Brasil S.A. (R\$131.152), com vencimentos em Janeiro de 2013; Dezembro de 2014; Maio e Junho de 2015 e em Abril de 2016, respectivamente, é composto conforme quadro abaixo:

| | | | Consolidado | | Controladora |
|--|----------------------|-----------------------------|-------------|-----------------------------|--------------|
| Abertura de crédito | Vencimento | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Banco Alfa de Investimentos S.A. | Jan/2013 | 31.187 | 54.000 | 31.187 | 54.000 |
| Banco Santander Brasil S.A. | Dez/2014 | 30.018 | 30.013 | 30.018 | 30.013 |
| Banco Santander Brasil S.A. (NC-E) | Mai/2015 | 15.140 | - | 15.140 | - |
| Banco Santander Brasil S.A. (NC-E) | Jun/2015 | 10.057 | - | 10.057 | - |
| Banco do Brasil S.A. (NC-C) | Abr/2016 | 131.152 | - | 131.152 | - |
| | _ | 217.554 | 84.013 | 217.554 | 84.013 |
| Banco Santander Brasil S.A. (NC-E) Banco Santander Brasil S.A. (NC-E) | Mai/2015 Jun/2015 | 15.140 10.057 131.152 | - - - | 15.140 10.057 131.152 | - - - |

Sobre essa linha de crédito incidem encargos financeiros pela taxa do CDI, às taxas de 112,5% (Banco Alfa de Investimentos S.A) e de 113,25% (Banco Santander Brasil S.A.), respectivamente, enquanto que sobre a linha de crédito tomada junto ao Banco Santander do Brasil S.A., base NC-E (Nota de Crédito de Exportação) há carência de um ano, encargos à taxa de 115% do CDI e juros trimestrais no período de carência, e sobre a linha de crédito tomada junto ao Banco do Brasil S.A., base NC-E (Nota de Crédito Comercial), carência de um ano, encargos à taxa de 108% do CDI e juros mensais no período de carência.

Esses empréstimos-pontes visam suprir os descasamentos de fluxos de caixa entre as solicitações e as liberações dos recursos via Fundo da Marinha Mercante (FMM), no que diz respeito aos financiamentos contratados em vigor para as sete embarcações, junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA).

d) Operação de Swap

Em 13 de setembro de 2011 a Companhia captou com o Banco do Brasil S.A. Cédula de Crédito Bancário – Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62, um montante de R\$37.519, equivalente a US\$22,000, de valor principal, com vencimento em 18 de agosto de 2015, na modalidade de derivativos tipo "swap", com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos contratados em dólar norte-americano indexados à variação do CDI. Essa operação gerou uma despesa de juros e variação cambial de R\$10.182, cujo valor foi compensado pelo ganho na operação de "swap", conforme detalhado na nota 21.4.

Essa operação de captação em moeda estrangeira, na modalidade Resolução 4.131/62, no valor de principal de R\$37.744, tem prazo de quatro anos, com carência de doze meses, e juros trimestrais durante o período de carência, cuja amortização, após o período de carência, são em doze parcelas trimestrais; a primeira ocorrerá em novembro de 2012 e a última, em agosto de 2015. Nessa operação, não há incidência do IOF.

Em paralelo a essa operação, a Companhia contratou a operação de "swap" de fluxo de caixa, à taxa de 112% do CDI, com a mesma contraparte (Banco do Brasil S.A.), a qual gerou uma receita financeira de R\$6.393 (31 de dezembro de 2011, R\$3.234), conforme nota 25.

14. PROVISÕES OPERACIONAIS

As provisões operacionais constituídas pela Companhia referem-se às estimativas de gastos e são compostas basicamente por provisões para despesas portuárias (navegação), rodoviárias e outros gastos.

As provisões operacionais classificadas no passivo circulante tem a seguinte composição:

| | | | Consolidado | | (| Controladora |
|------------------------------|------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|
| Provisões operacionais para: | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Gastos marítimos | 22.987 | 15.976 | 12.337 | 22.987 | 15.976 | 12.337 |
| Gastos rodoviários | 3.505 | 5.667 | 2.437 | 3.505 | 5.667 | 2.437 |
| Gastos administrativos | 3.989 | 3.190 | 855 | 3.989 | 3.190 | 855 |
| Outros gastos operacionais | 10.123 | 8.119 | | 7.063 | 5.493 | |
| | 40.604 | 32.952 | 15.629 | 37.544 | 30.326 | 15.629 |

As provisões classificadas no passivo não circulante tem a seguinte composição:

| | Consolidado | | | | | Controladora |
|---|-------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Provisão para gastos com devolução de | | | | | | |
| embarcações e outros bens de terceiros(a) | 1.970 | 32.700 | - | 1.970 | 32.700 | - |
| Provisão para cobertura de passivos de coligada | 3.694 | 7.318 | - | 3.694 | 7.318 | - |
| Provisão para outros gastos (b) | 800 | 3.960 | - | 800 | 3.960 | - |
| Outros | 548 | 263 | 370 | 548 | 263 | 370 |
| | 7.012 | 44.241 | 370 | 7.012 | 44.241 | 370 |
| | | | | | | |

- a) No segundo semestre de 2012, a Companhia concluiu o processo de devolução de cinco navios afretados junto à Frota Oceânica e Amazônica S.A., conforme Termos de Quitação pactuados entre as partes datados de 20 de setembro de 2012 (quatro navios) e de 6 de dezembro de 2012 (um navio).
- b) Conforme divulgado na nota 1, no primeiro trimestre de 2012, a Companhia disponibilizou para venda seu investimento na PSC Terminais Intermodais Ltda., revertendo a resultado o montante de R\$2.282 relativo a provisão constituída em dezembro de 2011. A conclusão da venda desse investimento ocorreu no segundo trimestre de 2012, com a autorização legal.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia e suas controladas provisionaram ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas no passivo não circulante, consideradas pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir prováveis perdas.

Essas contingências são compostas conforme abaixo.

| | | | Consolidado | | | Controladora |
|-----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| | Provisão para |
| | riscos | riscos | riscos | riscos | riscos | riscos |
| Trabalhistas | 13.134 | 30.110 | 31.690 | 9.224 | 25.067 | 27.138 |
| Tributárias | 2.648 | 2.114 | 1.876 | 2.450 | 1.916 | 1.734 |
| Cíveis e outras | 618 | 2.149 | 2.735 | 229 | 1.812 | 2.430 |
| | 16.400 | 34.373 | 36.301 | 11.903 | 28.795 | 31.302 |

Reclamações trabalhistas – consistem principalmente em reclamações de empregados por: (i) pagamento de horas extras, (ii) pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e (iii) outros assuntos, freqüentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

<u>Tributárias</u> – abrangem principalmente: (i) tributos preteridos na transferência de bens e (ii) nas mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.

<u>Cíveis e outras</u> – abrangem principalmente demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras.

Estas contingências tiveram a seguinte movimentação no exercício de 2012, face principalmente a alguns processos que passaram a ser de responsabilidade exclusiva da VALE sem custas para a Companhia:

| | | | | | | | Consolidado |
|---|------------|-------------------------|----------|---------------------|-----------|---------------|------------------------|
| | Saldo em | Movimentação no período | | | | Saldo em | |
| Descrição | 31.12.2011 | Adição | Reversão | Juros+CM | Pagamento | Transferência | 31.12.2012 |
| Reclamações trabalhistas | 30.110 | 6.600 | (17.689) | (4.710) | (1.177) | | 13.134 |
| Tributárias | 2.114 | 2.339 | (1.833) | 99 | | - (71) | 2.648 |
| Cíveis | 2.149 | 894 | (1.536) | (888) | | - (1) | 618 |
| | 34.373 | 9.833 | (21.058) | (5.499) | (1.177) | (72) | 16.400 |
| | Saldo em | Movimentação no período | | | | | Controladora |
| Descrição | 31.12.2011 | ~ | | | | | Saldo em |
| | 31.12.2011 | Adição | Reversão | Juros+CM | Pagamento | Transferência | Saldo em 31.12.2012 |
| Reclamações trabalhistas | 25.067 | 2.170 | (13.325) | Juros+CM (4.688) | | Transferência | |
| Reclamações trabalhistas Tributárias | | | | | | | 31.12.2012 |
| , | 25.067 | 2.170 | (13.325) | (4.688) | | | 31.12.2012 9.224 |

A Companhia continua perseguindo seus interesses em todas as ações acima, e constitui provisão para os processos considerados como perdas prováveis.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. um acordo de indenização, através do qual a VALE se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. Essas contingências totalizam R\$10.381 em 31 de dezembro de 2012 e R\$27.410 em 31 de dezembro de 2011.

Considerando que o acordo prevê indenização somente após a decisão transitada em julgado dos processos e análise da VALE, a Companhia não reconhece em seus registros contábeis o ativo a receber desta, uma vez que os valores a serem reembolsados, dependem do cumprimento de certas condições contratuais.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$122.417 na controladora e R\$156.088 no consolidado, dos quais R\$79.573 encontram-se cobertos pelo acordo de indenização firmado com a VALE (31 de dezembro de 2011 - R\$68.959 na controladora e R\$114.242 no consolidado), com perdas consideradas possíveis, para os quais, com base nos prognósticos dos advogados, não há provisão constituída. Os principais processos classificados como possíveis são de natureza tributária e trabalhista.

A Companhia e suas controladas possuem, ainda, depósitos judiciais correlacionados às contingências provisionadas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais, a fim de possibilitar que a Companhia ingresse e/ou continue com as ações legais; são atualizados monetariamente e estão classificados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial dos resgates dos mesmos pelo reclamante, ou pela Log-In e suas controladas em desfecho favorável a essas entidades. Os depósitos judiciais estão assim representados:

| | | | Consolidado | | | Controladora |
|---------------------------|------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|
| Depósitos judiciais | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Processos trabalhistas | 17.321 | 14.987 | 13.179 | 11.514 | 11.119 | 10.507 |
| Processos tributários | 14.815 | 13.622 | 12.763 | 14.528 | 13.287 | 12.432 |
| Processos cíveis e outros | 2.245 | 556 | 472 | 1.978 | 314 | 231 |
| | 34.381 | 29.165 | 26.414 | 28.020 | 24.720 | 23.170 |

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$527.000 em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o qual está representado por 85.617.759 ações em circulação e 6.093.861 ações em tesouraria, totalizando 91.711.620 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Não ocorreram alterações no número de ações da Companhia durante os exercícios de 2012 e de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é composto como segue:

| | Quantidade de ações e respectivo percentual | | |
|--|--|--------|--|
| Acionista: | ON | % | |
| VALE S.A.(*) | 28.737.356 | 31,33 | |
| Fama Investimentos Ltda. | 14.836.900 | 16,18 | |
| Fundação Petrobrás de Seguridade Social-PETROS | 11.735.294 | 12,80 | |
| Fator Administradora de Recursos | 4.631.600 | 5,05 | |
| Mitsui U.S.A. | 2.068.901 | 2,26 | |
| Mitsui & CO. | 1.379.268 | 1,50 | |
| Outros Investidores institucionais e de varejo | 22.228.440 | 24,24 | |
| | 85.617.759 | 93,36 | |
| Ações em tesouraria | 6.093.861 | 6,64 | |
| | 91.711.620 | 100,00 | |

^(*) Inclui 60.930 ações do acionista Docepar S.A. do mesmo grupo econômico.

b) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 4 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento sem redução do capital social.

O primeiro programa de recompra de ações foi finalizado em 5 de setembro de 2008 totalizando 3.147.861 ações ordinárias; nesta ocasião, o Conselho de Administração aprovou a abertura do segundo programa de recompra de ações.

O segundo programa de recompra de ações foi finalizado em 4 de setembro de 2009, no qual foram adquiridas 2.946.000 ações ordinárias.

Atualmente, a Log-In mantém em sua tesouraria 6.093.861 ações ordinárias, que correspondem a 6,64% do total de ações ordinárias nominativas da Companhia.

Todas essas ações que estão mantidas em tesouraria da Log-In foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 e o custo médio ponderado de aquisição, bem como os custos mínimo e máximo, por ação, foram, respectivamente, de: R\$8,35; R\$4,29 e R\$13,33.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da BMF&BOVESPA de 30 de dezembro de 2012 é de R\$ 52.102 (R\$41.804 em 30 de dezembro de 2011).

c) Reserva de incentivos de AFRMM

Os recursos provenientes do AFRMM são registrados como receita à medida que ocorre o cumprimento das obrigações do incentivo mencionadas na nota 4 e são transferidos para essa reserva quando da destinação do lucro líquido apurado pela Companhia.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e tem por objetivo assegurar a integridade do capital social.

e) Reserva de Investimentos

Esta reserva tem por objetivo cobrir o orçamento de investimentos. Conforme AGO/AGE de 29 de abril de 2011, parte dessa reserva, no valor de R\$440, foi capitalizado, e os prejuízos líquidos dos exercícios de 2011 e de 2012 foram absorvidos por essa reserva.

f) Reserva especial

Reserva constituída nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Não sendo absorvida por prejuízo em exercícios subseqüentes, os valores originários dessa reserva serão distribuídos como dividendos assim que permitir a situação financeira da Companhia.

17. PREJUÍZOS BÁSICOS E DILUÍDOS POR AÇÃO

Os valores dos prejuízos básicos e diluídos por ação foram calculados conforme segue:

| | | Controladora |
|---|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas controladores | (24.797) | (77.066) |
| Prejuízo líquido básico e diluído por ação(a) | (0,29) | (0,90) |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação(*) (a) Não existem itens ante dilutivos. | 85.617.759 | 85.617.759 |

^(*) A quantidade de ações no início e no fim do período se manteve a mesma, não havendo movimentação durante os períodos.

18. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

a) Plano de Matching

Nos termos do Plano de Matching, são elegíveis à premiação os profissionais (diretores e gerentes da Log-In) que atenderem às seguintes condições: i) trabalharem na Companhia durante o ano de vigência do Plano ocupando posições executivas; ii) fizerem jus ao Programa de Participação nos resultados referentes ao ano vigência do Plano; iii) estiverem ativos e trabalhando na Companhia na data da aquisição das ações; e iv) forem posicionados na matriz de Carreira e Sucessão nos quadrantes "adequados" ou "talento".

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de março de 2010, foi aprovado o 3º Plano de Matching para o ciclo 2010/2012 nas mesmas condições dos Planos anteriores, com prazos de adesão em abril de 2009 e de 2010, e na reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de março de 2011 foi aprovado o 4º Plano de Matching, com prazos de adesão em abril de 2011, para o ciclo 2011/2013, assim como o 5º Plano de Matching, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de abril de 2012, com prazo de adesão em abril de 2012, para o ciclo 2012/2014, respectivamente.

Os Planos I e II foram já totalmente liquidados no início do segundo trimestre de 2011 e do segundo semestre de 2012, respectivamente.

Os executivos elegíveis à premiação adquiriram ações da Companhia no decorrer do exercício de 2011, cuja quantidade existente em 31 de dezembro de 2012 era de 145.858 ações (110.747 ações em 31 de dezembro de 2011), farão jus, ao final de três anos, ao mesmo número de ações compradas inicialmente, desde que sejam mantidas em sua integralidade sob propriedade dos mesmos em todo o decorrer do período. A liquidação financeira das novas ações será efetuada pela Companhia, sem custo aos executivos.

O plano de remuneração é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com o referido plano. As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado.

| | • | | | | 31.12.2012 |
|-----------------------------|------------------------------------|----------------------|------------------------------------|-----------------|---------------------------|
| | | | PREÇO MÉDIO | | PROVISÃO NO |
| PROGRAMA | INÍCIO/TÉRMINO | QTDE AÇÕES | DA AÇÃO* (R\$) | VALOR TOTAL | PERÍODO |
| Programa III | ABR/10 a MAR/13 | 22.605 | 7,6943 | 174 | |
| Programa IV | ABR/11 a MAR/14 | 64.332 | 7,6943 | 495 | |
| Programa V | ABR/12 a MAR/15 | 58.921 | 7,6943 | 453 | |
| | | 145.858 | | 1.122 | 548 |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | 31.12.2011 |
| | | | PREÇO MÉDIO | | 31.12.2011 PROVISÃO NO |
| PROGRAMA | INÍCIO/TÉRMINO | QTDE AÇÕES | PREÇO MÉDIO DA AÇÃO* (R\$) | VALOR TOTAL | |
| PROGRAMA Programa II | INÍCIO/TÉRMINO MAR/09 a ABR/12 | QTDE AÇÕES 19.122 | , | VALOR TOTAL 138 | PROVISÃO NO |
| | | | DA AÇÃO* (R\$) | | PROVISÃO NO |
| Programa II | MAR/09 a ABR/12 | 19.122 | DA AÇÃO* (R\$) 7,2180 | 138 | PROVISÃO NO |
| Programa II Programa III | MAR/09 a ABR/12 ABR/10 a MAR/13 | 19.122 25.310 | DA AÇÃO* (R\$) 7,2180 7,2180 | 138 182 | PROVISÃO NO |

d) Plano de incentivo de longo prazo (ILP)

Plano cujo objetivo é reter os diretores estatutários, mantê-los engajados e incentivar a "visão de dono", comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos, reforçando a cultura de desempenho sustentado, cobrindo ciclos de 3 anos. O ILP visa alinhar os interesses dos acionistas e dos diretores na medida em que garante que apenas haja ganhos para os executivos quando também houver ganhos para a Companhia.

O montante a ser pago em dinheiro no âmbito do ILP é definido a partir de percentual de atingimento de metas qualificadas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Será realizado pagamento único no encerramento do Programa, com base na cotação média ponderada (preço/volume) dos negócios realizados em Bolsa de Valores dos últimos 20 pregões anteriores à data de divulgação oficial dos resultados do exercício findo no terceiro ano do programa. Caso o executivo permaneça na Companhia, ao final de 3 anos o número de ações é transformado em valor pecuniário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de agosto de 2012, foi aprovado Plano de ILP para o ciclo 2012/2014. Em 31 de dezembro de 2012, o registro dessa obrigação equivale a R\$1.303 (em 30 de setembro de 2012, R\$540), calculado com base no fair value da ação, pró-rata para o período de vigência dos referidos planos, e contabilizada no passivo não circulante.

19. PLANO COMPLEMENTAR DE APOSENTADORIA - Plano Misto Benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA.

As contribuições da Companhia ao Plano Vale Mais são como segue:

a) Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$3.053,17 em 31 de dezembro de 2012 e R\$2.827,01 em dezembro de 2011).

- b) Contribuição extraordinária Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- c) Contribuição normal Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- d) Contribuição Especial Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 18% do salário de participação, e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém, a 9% do salário de participação. O montante das contribuições feitas pela Companhia durante o exercício de 2012, apropriadas no resultado do período, foi de R\$1.909 (consolidado R\$2.430); no terceiro trimestre de 2012 foi de R\$1.415 (consolidado: R\$1.803). Em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.912 (consolidado: R\$2.262) e no terceiro trimestre de 2011 foi de R\$1.330 (consolidado: R\$1.656).

20. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas de seguros são determinadas e contratadas em bases técnicas, consideradas pela Administração como sendo suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado.

As modalidades / riscos contratados e as respectivas coberturas estão assim relacionadas:

| | | 31.12.2012 |
|---|--------------------|--------------------|
| | Consolidado | Controladora |
| P&I (Protection and Indemnity) - danos ambientais | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Riscos operacionais e containers arrendados | 71.523 | 57.264 |
| Casco e máquinas (embarcações afretadas a casco nu) | 690.958 | 690.958 |
| Responsabilidade Civil (Operador portuário / logístico) | 51.088 | 51.088 |
| Lucros Cessantes | 102.175 | - |
| D&O (Responsabilidade civil diretores e gestores) | 60.000 | 60.000 |
| ShipOw ners Liability (SOL) | 10.218 | 10.218 |
| Transporte - RCTR-C | 2.000 | 2.000 |
| Transporte - RCF-DC | 2.000 | 2.000 |
| Vida empregados - morte acidental | 20 vezes o salário | 20 vezes o salário |
| Vida empregados - morte natural | 40 vezes o salário | 40 vezes o salário |

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1) Categoria de instrumentos financeiros

| | | C | Consolidado | | С | ontroladora |
|---|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 01.01.2011 |
| Ativos financeiros: | | | | | | |
| Empréstimos e recebíveis: | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 109.702 | 63.796 | 64.954 | 96.181 | 48.017 | 20.903 |
| Contas a receber de clientes e de partes | | | | | | |
| relacionadas | 96.976 | 88.271 | 61.996 | 97.232 | 86.281 | 51.741 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 44.780 | 15.668 | 8.020 | 44.780 | 15.668 | 8.020 |
| Seguros a receber | 4.886 | 11.361 | 18.970 | 4.727 | 11.306 | 18.750 |
| Outros | 5.186 | - | - | 5.186 | - | - |
| | 261.530 | 179.096 | 153.940 | 248.106 | 161.272 | 99.414 |
| | 261.530 | 179.096 | 153.940 | 248.106 | 161.272 | 99.414 |
| Passivos financeiros: | | | | | | |
| Empréstimos e recebíveis: | | | | | | |
| Fornecedores | 54.752 | 33.682 | 22.581 | 40.497 | 25.046 | 15.765 |
| Partes relacionadas | 3.548 | 4.537 | 3.885 | 5.009 | 23.671 | 6.117 |
| Financiamentos e empréstimos | 1.081.833 | 717.683 | 403.533 | 1.064.295 | 697.409 | 382.904 |
| Arrendamentos | _ | 2.083 | 2.759 | - | 2.083 | 2.759 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 6.855 | - | - | 6.855 | - | - |
| Concessões portuárias a pagar | 7.734 | 8.039 | 7.060 | - | - | - |
| | 1.154.722 | 766.024 | 439.818 | 1.116.656 | 748.209 | 407.545 |
| Derivativos ao valor justo por meio do resultado: | | | | | | |
| Operação-hedge bunker | 667 | 254 | - | 667 | 254 | - |
| Operação <i>de swap</i> | 34.598 | 37.818 | - | 34.598 | 37.818 | - |
| , , , | 35.265 | 38.072 | | 35.265 | 38.072 | |
| | 1.189.987 | 804.096 | 439.818 | 1.151.921 | 786.281 | 407.545 |
| | | | | | | |

Segue abaixo a abertura consolidada dos ativos e passivos financeiros por seu valor justo e contábil:

| | | | | | С | onsolidado |
|---|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | | 31.12.2012 | | 31.12.2011 | | 01.01.2011 |
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Empréstimos e recebíveis: | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 109.702 | 109.702 | 63.796 | 63.796 | 64.954 | 64.954 |
| Contas a receber de clientes e de partes | | | | | | |
| relacionadas | 96.976 | 96.976 | 88.271 | 88.271 | 61.996 | 61.996 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 44.780 | 44.780 | 15.668 | 15.668 | 8.020 | 8.020 |
| Seguros a receber | 4.886 | 4.886 | 11.361 | 11.361 | 18.970 | 18.970 |
| Outros | 5.186 | 5.186 | - | - | - | - |
| | 261.530 | 261.530 | 179.096 | 179.096 | 153.940 | 153.940 |
| | 261.530 | 261.530 | 179.096 | 179.096 | 153.940 | 153.940 |
| Passivos financeiros: | | 0 | | 0 | | 0 |
| Empréstimos e recebíveis: | | 0 | | 0 | | 0 |
| Fornecedores | 54.752 | 54.752 | 33.682 | 33.682 | 22.581 | 22.581 |
| Partes relacionadas | 3.548 | 3.548 | 4.537 | 4.537 | 3.885 | 3.885 |
| Financiamentos e empréstimos | 1.081.833 | 1.081.833 | 717.683 | 717.683 | 403.533 | 403.533 |
| Arrendamentos | - | - | 2.083 | 2.083 | 2.759 | 2.759 |
| Fundo da Marinha Mercante-AFRMM | 6.855 | 6.855 | - | - | - | - |
| Concessões portuárias a pagar | 7.734 | 7.734 | 8.039 | 8.039 | 7.060 | 7.060 |
| , , , , | 1.154.722 | 1.154.722 | 766.024 | 766.024 | 439.818 | 439.818 |
| Derivativos ao valor justo por meio do resultado: | | | | | | |
| Operação-hedge bunker | 667 | 667 | 254 | 254 | - | - |
| Operação de swap | 34.598 | 34.598 | 37.818 | 37.818 | - | - |
| | 35.265 | 35.265 | 38.072 | 38.072 | - | _ |
| | 1.189.987 | 1.189.987 | 804.096 | 804.096 | 439.818 | 439.818 |
| | | | | | | |

21.2) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos conforme a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poors (S&P).

No quadro a seguir, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 31 de dezembro de 2012:

| _ | Ratings | | | | |
|-----------------------|---------|---------|--|--|--|
| Institução Financeira | S&P | Moody's | | | |
| Banco do Brasil | BBB | Baa2 | | | |
| Banco Bradesco | BBB | Baa2 | | | |
| Deutsche Bank | A+ | A2 | | | |
| Itaú | BBB | Baa1 | | | |
| Banco Safra | BBB- | Baa2 | | | |
| Banco Santander | BBB | Baa2 | | | |
| Pine | BB+ | Ba2 | | | |
| Votorantim | BBB- | Baa2 | | | |

21.3) Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

a) Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

b) Risco cambial

A parcela dos financiamentos e operações de *swap* atrelados à moeda externa (Dólar), no montante de R\$502.756 (R\$385.230, em 31 de dezembro de 2011), corresponde a 45,75% (52,40% em 31 de dezembro de 2011) da dívida da Companhia. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo.

c) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros relacionada à variação da TJLP, cujo financiamento em 31 de dezembro de 2012 é de R\$396.121 (em 31 de dezembro de 2011 é de R\$286.258).

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não tem contratado derivativos para fazer *hedge* contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas.

d) Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos em 2012, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 2012 foram as seguintes: dólar 1,3%, TJLP 5,5%, CDI 10%a.a. e CDI 12%a.a..

| | Consolidado | Controladora |
|--|-------------|--------------|
| Em imobilizações em curso, com capitalização de: | 18.594 | 18.594 |
| .Juros | 13.370 | 13.370 |
| .Variação cambial | 5.224 | 5.224 |
| No resultado financeiro : | 40.648 | 39.847 |
| .Juros | 34.901 | 34.100 |
| .Variação cambial | 5.747 | 5.747 |

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro abaixo demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros:

| | | | | | (| Consolidado |
|-------------------------------|-----------|-----------|----------|------------|----------|-------------|
| | | | De 1 a 3 | De 3 meses | De 1 ano | Mais de |
| | TOTAL | Até 1 mês | meses | a 1 ano | a 5 anos | 5 anos |
| Forncedores | 54.752 | 8.188 | 20.569 | 25.995 | - | - |
| Partes relacionadas | 3.548 | 3.193 | 355 | - | - | - |
| Financiamentos e empréstimos | 1.116.431 | 9.199 | 27.597 | 119.755 | 387.249 | 572.631 |
| Concessões portuárias a pagar | 7.734 | - | - | 770 | 1.434 | 5.530 |
| | 1.182.465 | 20.580 | 48.521 | 146.520 | 388.683 | 578.161 |
| | | | | | | |
| | | | | | C | ontroladora |
| | | | De 1 a 3 | De 3 meses | De 1 ano | Mais de |
| | TOTAL | Até 1 mês | meses | a 1 ano | a 5 anos | 5 anos |
| Forncedores | 40.497 | 7.121 | 15.616 | 17.760 | - | - |
| Partes relacionadas | 5.009 | 4.467 | 355 | - | 187 | - |
| Financiamentos e empréstimos | 1.098.893 | 8.948 | 26.844 | 118.071 | 376.497 | 568.533 |
| | 1.144.399 | 20.536 | 42.815 | 135.831 | 376.684 | 568.533 |

O quadro abaixo demonstra em detalhes o prazo de vencimento para os ativos financeiros:

| imanceiros: | | | | | | |
|------------------------------|---------|-----------|----------|------------|----------|-------------|
| | | | | | С | onsolidado |
| | | | De 1 a 3 | De 3 meses | De 1 ano | Mais de |
| | TOTAL | Até 1 mês | meses | a 1 ano | a 5 anos | 5 anos |
| Caixa e bancos | 36.920 | 36.920 | - | | - | - |
| Aplicações financeiras | 72.782 | 72.782 | - | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | 93.920 | 75.684 | 17.003 | 1.233 | - | - |
| Partes relacionadas | 3.056 | 1.463 | 184 | 1.409 | - | - |
| Seguros a receber | 4.886 | 347 | 1.055 | 3.484 | - | - |
| Outros | 5.186 | - | - | - | 5.186 | - |
| | 216.750 | 187.196 | 18.242 | 6.126 | 5.186 | - |
| | | | | | | |
| | | | | | Co | ontroladora |
| | | | De 1 a 3 | De 3 meses | De 1 ano | Mais de |
| | TOTAL | Até 1 mês | meses | a 1 ano | a 5 anos | 5 anos |
| Caixa e bancos | 24.675 | 24.675 | - | | - | - |
| Aplicações financeiras | 71.506 | 71.506 | - | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | 80.249 | 67.498 | 11.775 | 976 | - | - |
| Partes relacionadas | 16.983 | 1.272 | 487 | 15.224 | - | - |
| Seguros a receber | 4.727 | 347 | 1.055 | 3.325 | - | - |
| Outros | 5.186 | - | - | - | 5.186 | - |
| | 203.326 | 165.298 | 13.317 | 19.525 | 5.186 | - |
| | | | | | | |

f) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral permanece inalterada desde 2011.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa) e o patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e participação de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

g) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado

pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

h) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros na data-base 31 de dezembro de 2012 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que consideram julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos.

Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:

- <u>Financiamentos, operações de swap e empréstimos</u> Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo.
- i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o ano de 2012 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações previstas para o ano de 2012: dólar 1,3%, TJLP 5,5%, CDI 10%a.a e CDI 12%a.a.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício de 2012 seriam os seguintes:

| | | | Consolidado |
|--|---------|-----------|--------------|
| | Cenário | Cenário I | Cenário II |
| | base | 25% | 50% |
| Em imobilizações em curso, com capitalização de: | 18.594 | 72.974 | 132.577 |
| .Juros | 13.370 | 15.576 | 17.781 |
| .Variação cambial | 5.224 | 57.398 | 114.796 |
| No resultado financeiro : | 40.648 | 105.496 | 176.093 |
| .Juros | 34.901 | 42.360 | 49.820 |
| .Variação cambial | 5.747 | 63.136 | 126.273 |
| | | | Controladora |
| | Cenário | Cenário I | Cenário II |
| | base | 25% | 50% |
| Em imobilizações em curso, com capitalização de: | 18.594 | 72.974 | 132.577 |
| .Juros | 13.370 | 15.576 | 17.781 |
| .Variação cambial | 5.224 | 57.398 | 114.796 |
| No resultado financeiro : | 39.847 | 104.539 | 174.979 |
| Juros | 34.100 | 41.403 | 48.706 |
| .Variação cambial | 5.747 | 63.136 | 126.273 |

21.4) Derivativos

Conforme norma interna da Companhia, a contratação de operações com derivativos tem como objetivo adequar a exposição da empresa aos riscos relacionados a preços de commodities, preços de energia, taxas de juros, moedas, ações e crédito, quando existentes, de forma consistente com o seu planejamento estratégico. As operações contratadas visam constituir uma carteira de derivativos que, em conjunto com os ativos e passivos a serem protegidos, proporcionem uma maior estabilidade ao fluxo de caixa e rentabilidade da empresa frente à volatilidade dos preços e taxas relacionados.

São vedadas pela norma interna da Log-In operações de aposta em tendências, devendo ter como limite máximo de comprometimento o volume dos ativos ou passivos aos quais a Companhia está exposta.

A estratégia das operações com derivativos é periodicamente revisada pela Administração e a contratação de *hedge* aprovada pela mesma.

Nos decorrer do exercício de 2012, tendo em vista as perspectivas do cenário macroeconômico, a Companhia contratou operações com derivativos através de instrumento a termo de combustível (ativo *bunker*, referência US Gulf Coast Fuel Oil nº 6 3.0%), mais especificamente, se comprometendo com a contraparte, a liquidar a sua posição, dado o preço médio de fechamento do ativo subjacente. Como resultado, caso o preço do *bunker*, na data de liquidação, seja inferior ao estipulado no contrato, haverá ajuste negativo para a Companhia. Se o preço de liquidação estiver mais alto, a perda será realizada pela ponta vendedora. As operações tiveram como objetivo minimizar o risco de eventuais aumentos do preço do combustível utilizado pelas embarcações da Companhia, dado um percentual do volume de combustível previsto a ser consumido pela Log-In, no decorrer do ano de 2012.

"Platt's Oilgram Price Report" é a plataforma de referência de negociação do ativo. O preço é variável a cada período de negociação, sendo formado pela média aritmética não ponderada dos preços de referência da commodity, calculado de forma mensal, desde a data da contratação, até a data do vencimento da operação. A liquidação financeira se dá até o quinto dia útil do mês subseqüente.

Todas as operações de derivativos foram apresentadas no balanço, na rubrica outros ativos circulantes, de acordo com o valor de mercado e os ganhos ou perdas foram devidamente contabilizados no resultado do período.

Os valores de mercado (nível 2) dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir:

Em 31 de dezembro de 2012:

| Descrição | Valor de Referêr Descrição (nocional) | | Valor Justo | | Efeito acumulado em 31.12.2012 em receitas (despesas) financeiras | |
|------------------------|--|--------------|---------------------|-----------------------|---|-----------------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 Ativo | 31.12.2012 Passivo | Valor a receber/recebido | Valor a pagar/pago |
| Contratos Futuros: | | - | | | | |
| Compromissos de compra | | | | | | |
| Hedge Bunker (1) | R\$ 29.641 | R\$ 26.180 | - | R\$ 667 | R\$ 3.432 | (R\$ 3.322) |

 $^{(1) \} Referentes \ a \ 4.373 \ t/Dez. 2012; \ 4.369 \ t/Jan. 2013; \ 4.036 \ t/Fev. 2013; \ 4.156 \ t/Mar. 2013; \ 5.669 \ t/Abr. 2013 \ e \ 3.150 \ t/Mai. \ 2013.$

Em 31 dezembro de 2011:

| Descricão | Valor de Referência (nocional) | | Valor Justo | | Efeito acumulado em 31.12.2011 em receitas (despesas) financeiras | |
|------------------------|--------------------------------|------------|---------------------|-----------------------|---|-----------------------|
| Descrição | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 Ativo | 31.12.2011 Passivo | Valor a receber/recebido | Valor a pagar/pago |
| Contratos Futuros: | | | | | | |
| Compromissos de compra | | | | | | |
| Hedge Bunker | R\$ 26.180 | - | - | R\$ 254 | R\$ 1.319 | (R\$ 347) |

⁽¹⁾ Referentes a 5.155 t/Out.2011; 4.668 t/Nov.2011; 5.127 t/Dez.2011; 4.252 t/Jan.2012; 4.393 t/Fev.2012; 4.698 t/Mar.2012 e 4.698 t/Abr.2012.

Na preparação dos quadros, a Administração da Companhia definiu que, para o cenário provável devem ser consideradas as curvas utilizadas para a marcação a mercado dos instrumentos financeiros, válidas em 31 de dezembro de 2012. Estas curvas representam a melhor estimativa para o comportamento futuro dos preços destes e representam o valor pelo qual as posições poderiam ser liquidadas no vencimento.

| QUADRO DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 | | | | | | |
|---|-------------------------|------------------|------------------|----------------|--|--|
| OPERAÇÃO | RISCO | CENÁRIO PROVÁVEL | CENÁRIO POSSÍVEL | CENÁRIO REMOTO | | |
| Compra futura | Redução preço do bunker | (R\$ 647) | (R\$ 7.907) | (R\$ 15.152) | | |

Nos quadros acima estão demonstrados a análise de sensibilidade de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2012.

Os cenários definidos nesta análise foram:

<u>Cenário provável</u>: foram consideradas as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2012.

<u>Cenário possível</u>: com deterioração de 25% do preço do *bunker* considerando uma redução de 25% nas curvas de mercado de preço de *bunker*, utilizadas para

apreçamento dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos.

<u>Cenário remoto</u>: com deterioração de 50% do preço do *bunker* considerando uma redução de 50% nas curvas de mercado de preço de *bunker*, utilizadas para apreçamento dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos.

Os instrumentos financeiros oram avaliados calculando o seu valor de mercado por meio da utilização das curvas de mercado, em 31 de dezembro de 2012.

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição às instituições financeiras são aprovados pela Administração. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia definida em norma interna da Log-In. As Instituições com as quais a Companhia tem operações em aberto em 31 de dezembro de 2012 são: Morgan Stanley Capital Group Inc. e Barclays Bank PLC.

21.5) Contrato de *Swap* – Proteção do empréstimo em Dólar com taxa em percentual do CDI

Contrato de *Swap* – com o objetivo de proteção à exposição cambial gerada pelo principal da Cédula de Crédito Bancária – Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62 (item d) da nota 12), a Companhia contratou em setembro de 2011 uma operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US\$22,000 de valor nocional), à taxa de 4,12%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 112%, com vencimento em 18 de agosto de 2015. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas. A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap*, em base líquida, caso necessário, e fará essas liquidações simultaneamente nos respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos.

Dessa forma o instrumento financeiro e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro sintético e seus efeitos estão apresentados no balanço patrimonial e no resultado financeiro líquido da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que esses fluxos de caixa estarão expostos.

O cálculo de valor de mercado desse instrumento financeiro considera a dívida com encargos financeiros correspondente a 112% do CDI, cujo efeito líquido no exercício de 2012 foi de R\$3.789 (em 30 de setembro de 2012, R\$2.154).

O contrato em aberto de *swap* com vencimento em agosto de 2015 foi celebrado com contraparte representada pelo Banco do Brasil e está assim composto:

| | | | | Taxa | | | | |
|---|-------------|------------|--------|-------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|
| | Valor princ | Índice | média | Valor justo | | Perda/Ganho realizado | | |
| Descrição | 31.12.2012 | 31.12.2011 | | | 31.12.2012 31.12.2011 | | 31.12.2012 31.12.2011 | |
| Contrato de <i>Swap</i> (1): Ponta ativo | | | | | | | | |
| Posição comprada dólar _ | 34.393 | 37.818 | US\$ + | 4,12% | 34.274 | 37.818 | | <u>-</u> |
| Ponta passiva: Taxa pós fixada | | | | | | | | |
| Posição vendida CDI | 34.393 | 37.818 | CDI | 112% | 34.403 | 37.818 | (3.789) | (311) |

⁽¹⁾ As operações de "swap" financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósiti Interbancário)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários possível e remoto consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R\$2,51/US\$1,00) e de 50% (R\$3,01/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, possível e remoto estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. A análise de sensibilidade está demonstrada no quadro abaixo:

| | | CENÁRIOS | | |
|----------|---------------|-----------|-----------|-----------|
| OPERAÇÃO | RISCO | PROVÁVEL | POSSÍVEL | REMOTO |
| Swap | Alta do dólar | (R\$ 129) | (R\$ 161) | (R\$ 194) |

22. RECEITA OPERACIONAL

Segue abaixo a reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida registrada na demonstração do resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

| | | Consolidado | | Controladora |
|--|------------|-------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Receita operacional bruta | 806.861 | 735.690 | 607.890 | 533.112 |
| Receita de fretes: | 465.106 | 461.392 | 465.106 | 461.392 |
| Mercado interno | 387.206 | 386.644 | 387.206 | 386.644 |
| Mercado externo | 77.900 | 74.748 | 77.900 | 74.748 |
| Receita de serviços: | 341.755 | 274.298 | 142.784 | 71.720 |
| Mercado interno | 232.787 | 154.187 | 110.912 | 53.086 |
| Mercado externo | 108.968 | 120.111 | 31.872 | 18.634 |
| Impostos sobre vendas/devoluções e abatimentos | (88.736) | (76.970) | (67.246) | (57.365) |
| Receita operacional líquida | 718.125 | 658.720 | 540.644 | 475.747 |

23. CUSTO DOS FRETES E SERVIÇOS

Os custos dos fretes e serviços prestados referentes aos exercícios findos em findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão assim representados:

0-----

| | | Consolidado | | Controladora |
|--------------------------------------|------------|-------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Pessoal e encargos | (59.454) | (47.482) | (34.137) | (23.575) |
| Beneficios | (13.808) | (9.656) | (8.058) | (4.172) |
| Material | (6.757) | (5.695) | (4.064) | (3.455) |
| Óleo combustível e gases | (101.101) | (81.006) | (97.690) | (79.275) |
| Afretamento, locações e arrendamento | (133.713) | (100.996) | (124.915) | (94.808) |
| Serviços contratados | (308.232) | (305.941) | (251.877) | (272.309) |
| Depreciação e amortização | (56.370) | (38.153) | (39.884) | (21.468) |
| Outros | 12.907 | (27.021) | 2.128 | (5.481) |
| | (666.528) | (615.950) | (558.497) | (504.543) |
| | | | | |

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

| | Consolidado | | Controlado | |
|--|-------------|------------|------------|------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Pessoal e encargos sociais | (25.874) | (28.573) | (23.251) | (26.886) |
| Benefícios | (4.900) | (6.684) | (4.815) | (6.432) |
| Despesa com serviços contratados | (3.459) | (4.552) | (846) | (4.106) |
| Despesa com locações e arrendamentos | (3.509) | (3.899) | (3.509) | (3.718) |
| Reversão de provisão operacionais (*) | 9.317 | - | 9.317 | - |
| Gastos para desmobilizações de ativos | (18.571) | (40.399) | (18.571) | (40.399) |
| Despesa de depreciação e amortização | (10.488) | (6.380) | (10.361) | (6.279) |
| Reversão de provisões para contingências | 11.225 | 2.693 | 11.290 | 3.415 |
| Receita de AFRMM | 53.142 | 3.926 | 53.142 | 3.926 |
| Ganho líquido com cessão onerosa | - | 8.683 | - | 8.683 |
| Provisão para despesas administrativas | (6.790) | (7.829) | (2.537) | (6.429) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (4.762) | (5.289) | (4.611) | (3.413) |
| Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e | | | | |
| coligadas | - | - | 40.373 | 49.669 |
| Ganho com alienação de bens e investimento | - | 2.432 | - | 2.429 |
| Outras receitas / (despesas) | (363) | (25.303) | (4.142) | (22.859) |
| | (5.032) | (111.174) | 41.479 | (52.399) |

^(*) Refere-se a gastos com devolução de embarcações, alienações e outros bens de terceiros

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

| | | Consolidado | | Controladora |
|--|------------|-------------|------------|--------------|
| | 31.12.2012 | 31.12.2011 | 31.12.2012 | 31.12.2011 |
| Receitas financeiras: | · | | | |
| Aplicações financeiras | 3.388 | 3.224 | 2.969 | 2.213 |
| Ganhos com operações de swap | 6.393 | 3.234 | 6.393 | 3.234 |
| Operações com derivativos de hedge bunker | 3.432 | 1.389 | 3.432 | 1.389 |
| Juros e comissões | 3.640 | 911 | 3.328 | 555 |
| Outras | 1.011 | 261 | 1.011 | 261 |
| | 17.864 | 9.019 | 17.133 | 7.652 |
| Variações monetárias e cambiais | 3.967 | 1.684 | 1.801 | (7.020) |
| | 21.831 | 10.703 | 18.934 | 632 |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Encargos sobre empréstimos e financiamentos | (33.021) | (12.397) | (31.243) | (11.885) |
| Juros com partes relacionadas | - | - | (819) | (2.400) |
| Imposto sobre operações financeiras-IOF | (5.222) | (2.439) | (4.574) | (2.402) |
| Juros de contingências de riscos (trabahistas, cíveis e fiscais) | 5.054 | (1.115) | 5.603 | (907) |
| Operações com derivativos de hedge bunker | (3.324) | (595) | (3.324) | (595) |
| Encargos com operações de swap | (6.883) | (828) | (6.883) | (828) |
| Juros e comissões | (5.726) | (5.337) | (5.345) | (4.562) |
| Outras | (2.870) | (2.325) | (109) | (255) |
| | (51.992) | (25.036) | (46.694) | (23.834) |
| Variações monetárias e cambiais | (47.301) | (33.006) | (49.546) | (33.528) |
| | (99.293) | (58.042) | (96.240) | (57.362) |
| Resultado financeiro líquido | (77.462) | (47.339) | (77.306) | (56.730) |
| | | | | |

26. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Todos os arrendamentos operacionais ora contratados pela Companhia foram liquidados no decorrer do segundo semestre de 2012. Os gastos com o arrendamento foram de R\$ 15.616 no exercício de 2012 (R\$10.429 no exercício de 2011).

| VITAL JORO Diretor-Presid | |
|---|---|
| RÔMULO OTO Direto | |
| CLEBER CORDEIRO LUCAS Diretor | FÁBIO MEDRANO SICCHERINO Diretor |
| GUSTAVO QUARESMA FREITAS Gerente Geral de Controladoria, Finanças e Relações com Investidores | JOAQUIM SANCHES NETO Contador - CRC.RJ 035.481-1 |